

Ideias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO VII – nº 42 – agosto e setembro de 2013

**Reajuste salarial somente
para ministros**

Páginas 4 e 5

PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

NÃO ESPERE O FINAL DO ANO PARA CUMPRIR SUAS METAS



RESOLUÇÕES DE 2013

começar uma pós-graduação

progredir na carreira

WPOS

~~ser mais organizado~~



~~trocar de carro~~

~~viagem internacional~~



~~entrar na academia~~

~~correr uma maratona~~

~~comprar minha casa~~



FAÇA A SUA MATRÍCULA AINDA ESSE MÊS E COMECE O
SEGUNDO SEMESTRE COM O PÉ DIREITO.

PARCELAS A PARTIR DE
R\$199,00
MENSAL

Conheça as áreas
WPOS.COM.BR
ou ligue (21) 2233 6801

Rio de Janeiro - RJ
Rua do Carmo, No 8, Grupo 501 - Centro
(21) 2233 6801
rj@wpos.com.br

SISEJUFE

wPos
PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

Campanha Salarial

Reajuste salarial: revisão do acordo só para a alta cúpula.

Páginas 4 e 5

Tribunais

CJF autoriza Concurso nacional de Remoção de 2013.

Página 6

DAP

Aposentados e pensionistas pressionam para que deputados votem PEC 555 e Reunião do DAP: aposentadoria integral e proporcional.

Páginas 7 e 8

**Categoria**

Cartórios eleitorais de campo Grande estão abandonados e Paim recebe Fenajufe: aposentadoria especial para servidor com deficiência.

Páginas 9 e 10

**Sindical**

Protestos de centrais sindicais impedem votação do PL da Terceirização.

Página 11

**Convênios**

Unimed-Rio compra carteira de clientes da Golden Cross.

Página 12

Oficina Literária

Coisas da genética

Página 13

**Acessibilidade**

Sisejufe participa de etapas do projeto do Estatuto da Pessoa Deficiente e PNE avança no Senado.

Páginas 14 e 15

Reforma Política

Uma coalização de ideias pela democracia.

Páginas 16 e 17

Previdência

Prazo de adesão ao Fundo de Previdência Complementar do Judiciário Federal começa dia 14 de outubro.

Página 18

Opinião

Solvatten: uma preciosidade para a Ciência Ambiental e Violência Black Bloc: questões conceituais ou agora falando sério.

Páginas 19 a 22

Fulgêncio

Os "Black Filhos de Mamã" encontram o seu mentor: o VisconDinho de Ouro Preto.

Página 23

Brasil Rebelde

A escalada da violência.

Páginas 24 a 26

**PEC 190**

PEC 190 e a polêmica busca por isonomia.

Página 27

Internacional

A demonização a Síria.

Páginas 28 e 29

**Lattuf**

Página 30



SISEJUFÉ
Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana O. de A. Góes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andreia Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Fortunato Mauro (MTb 20732) – Max Leone (MTb RJ 19002/JF) – Bruno Franco (MTb 66.119)

EDIÇÃO: Fortunato Mauro – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff

CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Fortunato Mauro, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda

IMPRESSÃO: Gráfica e Editora (7,5 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas à edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita à aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Reajuste salarial: revisão do acordo só para a alta cúpula

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr



Bruno Franco*

na 18ª Plenária Extraordinária da federação, realizada em setembro, em que se decidiu a busca por uma política salarial permanente

com reposição inflacionária; a valorização do salário efetivo em substituição das funções e cargos de confiança, com critérios obje-

tivos para a ocupação de postos de chefia; o pagamento de todos os passivos e demais direitos dos trabalhadores no Judiciário Federal

Foto: Valter Campanato/ABr

Após seis anos sem reajuste, os servidores do Judiciário Federal obtiveram, após muita negociação com o governo e uma greve em 2012, um reajuste fracionado em três parcelas anuais, referentes a 2013, 2014 e 2015. Mas, tendo em vista a alteração do cenário político, com a ampla manifestação popular nas principais cidades do país e a queda da popularidade do governo federal, a direção da Fena-jufe aprovou, por unanimidade, uma pauta emergencial em seu plano de lutas buscando a antecipação da parcela do reajuste, referente a 2015, já para 2014, somando assim ambas (de 2014 e de 2015) aos vencimentos dos trabalhadores judiciários já no ano que vem.

Essa deliberação foi aprovada



Trabalhadores do Judiciário Federal fazem manifestação em frente ao Supremo Tribunal

e Ministério Público da União (MPU) e a ratificação dos eixos da campanha salarial dos servidores públicos federais. Além disso, foi aprovada a luta contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores e o calote do Estado legitimado pela Emenda Constitucional (EC) 62/2009.

O reajuste foi concedido pelo governo aos servidores do Judiciário Federal, por meio do Projeto de Lei 4363/2012 (esse foi o número do projeto na Câmara dos Deputados, transformando-se em PLC 125/12, no Senado Federal).

Tal percentual foi traduzido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em aumento do valor da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), de 50% para 90% do vencimento básico, a ser implementado em três parcelas anuais, em janeiro de 2013, janeiro de 2014 e janeiro de 2015. Somando-se o vencimento-base à GAJ, esse aumento será de 26,67% ao final de sua implementação. Pelo projeto original, que chegou

a ser aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, elevaria a gratificação a 100% em 1º de janeiro de 2015.

Aumento somente para ministros

A categoria buscou, sem sucesso, o apoio do presidente do STF, Joaquim Barbosa. Em reunião com coordenadores da Fenajufe, no dia 26 de agosto, Barbosa afirmou que o cenário do país trazia dificuldades para a antecipação da terceira parcela do aumento da gratificação – a GAJ – para janeiro próximo, como reivindicam os trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU.

Em contradição com o que dissera, o ministro encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei propondo o aumento de salário dos ministros do STF, de atuais R\$ 28.059 para R\$ 30.658. O reajuste de cerca de 9% supera o índice pactuado e aprovado em lei no ano passado, de 5%.

Ao tentar justificar a necessidade de incrementar o aumento nos



Servidores em greve, em 2012, lutam por reajuste salarial

salários dos mais bem remunerado segmento do serviço público brasileiro, Barbosa, desastadamente, citou os vencimentos dos juizes de Cingapura – exosféricos 1,5 milhão de dólares – que não encontram objeção na sociedade cingalesa, pois, “Se não tiver uma remuneração desse nível, tendo em vista as atribuições, as responsabilidades altíssimas que ele tem, não terá como exercer com independência as atribuições do seu cargo”.

O presidente do STF assim como a presidenta Dilma Rousseff adotaram a mesma postura de indiferença para com as perdas salariais dos servidores do Judiciário Federal.

Apesar dos salários defasados a categoria teria que lutar não somente contra as medidas de congelamento salarial que vêm sendo imposta na prática pelo Executivo, mas, também, contra a visão segmentada do STF.

*Da Redação.

Foto: Acervo Sisejufe



Trabalhadores do Judiciário Federal do Rio de Janeiro se manifestam em frente ao prédio da Justiça Federal durante greve de 2012

CJF autoriza Concurso Nacional de Remoção de 2013

Após fazer solicitação administrativa CJF autoriza concurso de remoção, Sisejufe vê sua demanda atendida

Max Leone*

cumprimento do disposto no Artigo 31, da Resolução 3, de 2008, do CJF. O item prevê que o Concurso seja feito anualmente.

O requerimento foi encaminhado após o Sisejufe ter sido informado sobre o risco de o Concurso sair ainda este ano, em razão de decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que reconheceu ser devida a ajuda de custo nas remoções a pedido.

Segundo as informações obtidas pelo Sisejufe, a ausência de previsão

orçamentária para custear a ajuda de custo nas remoções a pedido poderia comprometer a promoção do certame em 2013.

No requerimento, o Sisejufe sustentou que o Concurso deveria ser feito, em obediência ao disposto no Artigo 31, da Resolução 3, mesmo que os efeitos financeiros tenham que ser efetivados em momento posterior.

Na oportunidade em que solicitou ao CJF a realização do Concurso Nacional de Remoção, o sindicato

recebeu informações no sentido de que o referido Concurso não seria realizado na Justiça Eleitoral, embora, em princípio, essa Justiça Especializada não esteja enfrentando o mesmo problema orçamentário alegado pela Justiça Federal. Em razão disso, o sindicato preparou requerimento para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a fim de apurar a veracidade das informações e as razões da não realização do Concurso na Justiça Eleitoral.

CRONOGRAMA DO PROCESSO

Após a direção do Sisejufe protocolar requerimento administrativo, o Conselho da Justiça Federal (CJF) autorizou o Concurso Nacional de Remoção de 2013. De acordo com o CJF, o edital será publicado ainda esta semana. Os prazos já foram definidos pelo conselho, sendo que de 30 de setembro a 9 de outubro, os candidatos podem encaminhar o requerimento de inscrição (confira o quadro abaixo).

O sindicato protocolou o pedido nesse mês. O objetivo foi garantir a promoção do Concurso, baseado no

| PERÍODO | ATIVIDADE | RESPONSABILIDADE |
|--------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| 30 de setembro à 9 de outubro | Encaminhamento do requerimento de inscrição (itens 5.1) | Candidato |
| 10 à 18 de outubro | Autorização, cadastro e geração de senha para o servidor (itens 5.2) | Órgão de origem |
| 16 de outubro | Publicação da lista geral de inscritos | SINAR/CJF |
| 16 à 25 de outubro | Conferência dos dados, manifestação de opção e finalização da inscrição (item 5.3) | Candidato e órgão de origem (nas hipóteses de correção de dados) |
| 28 de outubro (data provável) | Publicação do resultado preliminar | SINAR/CJF |
| 30 de outubro à 09 de novembro | Prazo para recurso | Candidato |
| Até 19 de novembro | Análise e resultado do recurso | SINAR |
| Até 25 de novembro | Prazo para desistência | Candidato |
| 25 de novembro (data provável) | Publicação do resultado final | SINAR |
| Até o dia 1º de dezembro | Publicação dos atos de remoção | Órgão de origem |

*Da Redação.

Reunião com SGP do TRE-RJ discute remoções

Valter Nogueira, presidente do Sisejufe, juntamente com a comissão de servidores dos cartórios eleitorais, reuniu-se em 25/09, com o secretário de Gestão de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), Alan Armand Torres, para debater a questão do Concurso de Remoção em andamento. Estiveram presentes muitos servidores interessados no tema.

Torres informou que as remoções

são feitas com base em vacâncias por aposentadoria, falecimento, licença médica, cartórios deficitários ou devido a aprovação de servidores em outros concursos, não são publicadas.

Os servidores externaram suas discordâncias com a forma como as remoções são realizadas e sem a devida publicidade, o que não possibilita saber as justificativas para tais remoções. Os servidores junto com o sindicato solicitaram

que todas as remoções fossem publicadas em Diário Oficial ou na página do Tribunal. Valter defendeu ainda que a administração do TRE expusesse, com clareza, quais são as hipóteses de remoção e quais as formas de preenchimento das vagas. O secretário informou que essa proposta será levada à Presidente do TRE.

Torres assegurou que as cobranças são importantes e necessárias e, para ampliar o diálogo, defendeu a reali-

zação mais constante de reuniões, deixando marcada, de antemão, para o dia 9/10 outro encontro para rediscutir o assunto.

A pedido de Nogueira, o secretário discorreu ainda acerca da instalação do controle de ponto biométrico. Torres informou que em outubro as instalações devem ser concluídas nos cartórios do interior do estado, ao passo que na capital, as mesmas sejam iniciadas em dezembro.

Aposentados e pensionistas pressionam para que deputados votem PEC 555

Max Leone*

Esbanjando disposição para lutar, centenas de servidores aposentados e pensionistas de todo o país voltaram a lotar um dos auditórios da Câmara dos Deputados, em Brasília, dia 10 de setembro, para pressionar a Casa a votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 555/2006. A manifestação fez parte do Encontro Nacional do Instituto Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap). Os participantes reivindicavam a aprovação da PEC que acaba com a cobrança da contribuição previdenciária dos aposentados. O protesto contou com a participação de representantes das direções do Sisejufe e da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe). Mais de 500 servidores públicos acompanharam as atividades. No dia seguinte, houve peregrinação aos gabinetes dos deputados e reunião com os líderes partidários.

Desde 2003, mesmo após a aposentadoria, os servidores públicos são obrigados a continuar descontando 11% sobre os valores dos seus vencimentos que passam do teto do INSS, hoje em R\$ 4.159. Se a PEC for aprovada, a cobrança será extinta gradualmente quando o (a) servidor (a) completar 60 anos de idade e deixará de ser feita quando ele atingir 65.

Além da manifestação e do Encontro Nacional, os organizadores promoveram uma “caça” a assinaturas de parlamentares em apoio à votação da PEC. De acordo com Edison Haubert, presidente do Mosap, apenas o líder do Partido

dos Trabalhadores (PT), deputado José Guimarães (CE), não assinou o documento apoiando o pedido dos servidores. A excessão de José Guimarães, segundo o dirigente dos aposentados, todos os demais líderes de partidos assinaram o documento para votação imediata da PEC. “Nós estamos insistindo e esse movimento é exatamente para buscar o apoio dele - de José Guimarães - para que a proposta possa tramitar legislativamente. Temos convicção de que, uma vez tramitando, nós venceremos no Plenário. Mas o líder do PT diz que ainda não tem as condições, não tem a concordância do governo”, afirmou Haubert, ressaltando que dos 513 deputados, 339 apresentaram requerimentos para a inclusão da proposta na lista de votações da Câmara.

Para Lucilene Lima, diretora do Sisejufe e coordenadora do Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP) da entidade, a PEC 555/2006 está cada vez mais próxima de ser votada. O diretor do sindicato Francisco Costa e Souza e a sindicalizada Lygia Porto também participaram do Encontro Nacional do Mosap. “Em minha opinião, estamos mais perto de vermos a PEC 555/2006 na mesa para votação.. Os deputados que ainda não assinaram, em nada prejudicariam a aprovação, tendo em vista que mais de 330 outros parlamentares enviaram ofício solicitando que a ela fosse colocada em pauta”, avalia Lucilene.

Pressão é necessária

De autoria do ex-deputado Carlos Mota (PSB/MG), a PEC foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara em 2007 e está parada desde 2010, quando uma comissão especial criada para analisar o mérito da questão acolheu os argumentos para acabar com o



Foto: Joana D'arc/Fenajufe

Manifestantes cobram apoio de parlamentares para que proposta entre na pauta da Câmara Federal

desconto previdenciários dos aposentados e pensionistas do serviço público. “Essa mobilização é muito importante. Somente com muita pressão ela será votada. Essa é uma PEC de justiça social, porque é um absurdo o aposentado continuar pagando a Previdência para nada”, afirmou o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), relator da PEC na comissão especial.

A presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Margarida Lopes de Araújo, criticou as medidas do governo relativas às renúncias fiscais e desonerações. “O problema é que o governo renuncia aos impostos e tem que cobrar de alguém. E aí ele cobra dos aposentados e dos pensionistas. A nossa contribuição, dos aposentados e dos pensionistas, representa apenas 10% do que o governo deixa de arrecadar. Então, não é justo que nós paguemos para que setores da indústria, do comércio, banqueiros e empresários tenham essa liberalidade, deixem de contribuir com seus impostos e, inclusive,

apliquem esses recursos em outros países. Com isso ajudam a gerar empregos em outros países e nossos trabalhadores também são penalizados. Isso não é justo”.

Outra questão, segundo Margarida, é a desoneração que o governo faz para alguns setores. Para ela, “não está provado que essas desonerações são transformadas em empregos formais. Não é justo que nós, aposentados, paguemos por essas atitudes do governo”.

Os aposentados repetiram a mobilização feita em março desse ano, quando, também, centenas de servidores estiveram na Câmara para pressionar pela aprovação da PEC. Faria de Sá informou que as receitas da Seguridade Social superaram as despesas em R\$ 78 bilhões, de acordo com dados de 2012: “Se você tirar os assistenciais e os rurais, esse saldo seria de R\$ 178 bilhões. Tem R\$ 100 bilhões aqui de benefícios que o governo teria que bancar, e não a Previdência.”

*Da Redação, com informações da Agência Brasil e da Anfip.

Reunião do DAP: aposentadoria integral e proporcional

Bruno Franco*

O Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP) do Sisejufe realizou na terça-feira, 24/9, sua reunião mensal, no auditório do sindicato. No evento, a coordenadora do departamento, Lucilene Lima de Jesus, pediu ao diretor do Sisejufe e da Fenajufe, Roberto Ponciano, que informasse ao público presente o andamento de questões importantes para os servidores aposentados.

O dirigente comprometeu-se em fazer a interlocução dos aposentados junto ao governo federal, mas, lamentou que a perda da integralidade e da proporcionalidade, decorrentes da Emenda Constitucional 41 são praticamente irreversíveis. “É preciso uma grande mobilização para reverter-las. Supostamente, somente uma greve geral, de parar o país,

poderia reverter o quadro”, apontou Ponciano.

Segundo ele, os servidores públicos ficaram isolados na discussão. “A sociedade nos vê como marajás, os trabalhadores da iniciativa privada acham que somos privilegiados, o que é uma visão distorcida. Nos casos de pensionistas e aposentados por invalidez, o rendimento é inferior à norma geral do INSS”, explica o diretor do Sisejufe e Fenajufe.

O dirigente convidou os presentes para comparecerem ao debate “O futuro da Previdência”, que será realizado na Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj), com a presença de Carlos Eduardo Gabas, secretário executivo do Ministério da Previdência e Adhemar Mineiro, economista do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O debate será realizado na Elerj, na rua da Alfândega, nº 8, 7º andar, das 10 às 13h.

A assessora política do Sisejufe, Vera Miranda, convidou os apo-



Foto: Bruno Franco

sentados a conhecerem a nova Sede Campestre do sindicato, localizada no município de Teresópolis. Como a data sugerida era próxima ao encerramento das reuniões do DAP, em 2013, Lucilene Lima de Jesus propôs

que o último encontro seja realizado nessa visita à Sede, aproveitando que a mesma conta com um auditório e há estrutura para tal evento.

*Da Redação.

Tutela antecipada para isenção de IRPF sobre adicional de 1/3 de férias

Em decisão publicada no dia 30/07/2013, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) confirmou, por unanimidade, decisão monocrática do relator do agravo de instrumento em que o Sisejufe requereu tutela antecipada para afastar a incidência de Imposto de Renda sobre o adicional de 1/3 de férias dos filiados da entidade.

É mais uma vitória que beneficiará os filiados do Sisejufe a partir do próximo período de férias, pois o terço constitucional de férias era reduzido em até 27,5% do seu valor por causa

do tributo indevido. Anteriormente, a entidade afastou o tributo sobre o auxílio pré-escolar dos servidores.

O advogado Rudi Cassel, da assessoria jurídica Cassel & Ruzzarin Advogados, esclarece que a tese veiculada pela ação coletiva do sindicato partiu da antecipação da mudança de posição do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o IRPF, já que ao julgar a isenção de contribuição previdenciária o STJ alterou sua jurisprudência e decidiu que a vantagem tem natureza indenizatória. “Sobre as indenizações, também não incidem impostos”, afirma Cassel.

A ação ainda será objeto de sentença e deverá subir como apelação para o TRF1, caindo na mesma turma que decidiu sobre a medida liminar (tutela antecipada), por isso o atual precedente representa uma importante vitória no encadeamento decisório da demanda. Ao final, caberá ao STJ a análise final em recurso especial, se o Supremo Tribunal Federal (STF) mantiver a rejeição da análise de base de cálculo de tributos, por considerar a matéria infraconstitucional.

Somente após o trânsito em julgado poderão ser executados os valores retroativos, que também

foram pedidos na ação coletiva do Sisejufe. O agravo de instrumento no TRF1 tramita sob o número 0012487-51.2011.4.01.0000, enquanto na Seção Judiciária do Distrito Federal recebeu o número 0007974-59.2010.4.01.3400.

O Sisejufe está acompanhando juntos aos setores de pagamento dos tribunais o cumprimento da decisão e verificou que, até o momento, a AGU não comunicou a decisão às administrações. Dessa forma o Jurídico do Sisejufe comunicará ao TRF1 sobre o descumprimento da decisão.

Cartórios eleitorais de Campo Grande estão abandonados

Visivelmente, o local é impróprio ao funcionamento de cartórios eleitorais e os servidores do TRE de Campo Grande pleiteiam que a Administração busque soluções

O Sisejufe fez visita aos cartórios eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Campo Grande e verificou as péssimas instalações desses, principalmente os situados na XVIII Região Administrativa (RA), na Rua Dom Pedrito, nº 1, na qual se localizam três das cinco zonas eleitorais de Campo Grande (120ª, 122ª e 244ª). Já a 245ª Zona Eleitoral (ZE) fica em uma casa na antiga Estrada Rio-São Paulo, nº 176, e os servidores daquele cartório mais afastado, relatam que lá a segurança é precária, pois o imóvel fica completamente isolado e não há nenhum tipo de ronda da Polícia Militar (PMERJ) ou da Guarda Municipal. Já o Juízo da 242ª Zona Eleitoral, na Avenida Cesário de Melo, nº 3.963, fica em um imóvel junto ao seu eleitorado, porém, também sem qualquer tipo de segurança, visto que no local não

há, novamente, ronda da PMERJ ou da Guarda Municipal.

Na XVIII Região Administrativa existe, atualmente, um policial militar que faz o policiamento de todo o prédio, mas, geralmente, não está presente no fechamento de todos os cartórios, principalmente no da 122ª ZE, que fica no térreo, do lado oposto aos demais cartórios. A Guarda Municipal ocupava uma das salas do prédio, mas desde o início do ano mudou-se do local, razão pela qual também não está mais presente, por perto das zonas eleitorais da Regional.

A 122ª ZE funciona num cubículo. Material eleitoral, processos e servidores disputam um espaço apertadíssimo, completamente inapropriado para o funcionamento de um cartório eleitoral. Com parte da fiação exposta e com a grande quantidade de papel acumulado. A possibilidade de um incêndio é iminente.

Para os servidores dos cartórios, o

prédio da XVIII RA tem problemas estruturais e já foi condenado por técnicos da Prefeitura. Segundo eles, consertá-lo será mais caro do que demolir e construir outro. Por conta disso, há um plano de evacuação da Prefeitura para retirar dali todos os setores administrativos lá instalados. Os servidores informam que um técnico estrutural do TRE também esteve no prédio e confirmou o laudo da Prefeitura, explicando que o TRE faz pequenos reparos, mas que não tem verba para executar uma reforma estrutural. Por conta disso, o prédio permanece com inúmeros problemas que somente se agravam com o passar do tempo.

A rampa externa que dá acesso a um cartório e à biblioteca foi interdita há uns seis anos, após inspeção realizada por servidor da Coordenação de Engenharia do TRE, que apontou risco de desabamento, mas voltou a ser utilizada pelos usuários da Biblioteca Municipal nesse ano sem nenhuma explicação convincente. Os servidores do cartório não utilizam a porta que dá acesso à rampa e apenas atendem do lado da escada interna por questão de segurança. O fato de apenas existir acesso ao segundo andar do prédio por meio de escada, cujos degraus apresentam desgastes e quebras, compromete o acesso de portadores de necessida-

des especiais aos cartórios das zonas eleitorais ali localizadas.

Há infiltrações por todo o prédio e em todos os cartórios e, por causa disso, a cada chuva forte, os servidores têm de correr para salvar processos. Fios expostos estão por toda a parte e o risco de curto e incêndio é bastante possível em virtude da quantidade de material inflamável lá existente. Uma pequena faísca seria o suficiente para um grande incêndio. Não há plano de escape e nem vistoria do material contra incêndio.

Há somente um banheiro, situado no andar térreo, para uso do público, virado para a rua e em péssimas condições de uso e higiene, já que todos que passam pelo local podem utilizá-lo, não havendo mínima conservação. A água das cozinhas, mesmo com filtro, é imprópria para o consumo. A caixa d'água não costuma ser limpa e nem vistoriada. Os trabalhadores afirmam que uma servidora já contraiu amebíase pelo consumo da água.

Visivelmente, o local é impróprio ao funcionamento de cartórios eleitorais e os servidores do TRE de Campo Grande pleiteiam que a Administração busque locais com adequadas condições de trabalho e atendimento ao público.

*Da Redação.



Fios expostos, material inflamável e infiltrações fazem parte do dia a dia da cacategoria em Campo Grande

Fotos: Anderson Paixão

Paim recebe Fenajufe: aposentadoria especial para servidor com deficiência

Foto: Joana D'Arc/Fenajufe

Em audiência solicitada pela Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), o senador Paulo Paim (PT-RS) recebeu servidores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (MPU) para discutir uma alternativa ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 250/2005, que estabelece critérios para concessão de aposentadoria especial para servidor com deficiência aos que entraram no Judiciário antes da Emenda 41 de 2003, mas sem paridade e integralidade.

A reunião aconteceu na terça-feira, 17/09, no Senado Federal com os diretores plantonistas da Fenajufe e diretores de entidades de base.

A mesa da audiência foi formada pelo senador Paim, pelos coordenadores da Fenajufe, Saulo e Ponciano, e pelo representante do Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sintrajufe-RS, Ari Heek. Inicialmente, o senador ouviu os argumentos demonstrando a necessidade da elaboração de uma Proposta de Emenda à Constituição que venha a garantir a paridade e a integralidade na aposentadoria especial para os servidores que entraram no serviço público antes da Reforma Constitucional de 2003.

A necessidade de votar uma PEC específica para este fim se deve ao fato de que o PLS 250/2005, como se encontra, não garante aposentadoria com paridade nem com integralidade. Além disso, viola convenções internacionais que o Brasil assinou sobre as pessoas com deficiência e não traz nenhuma vantagem para os servidores que entraram até 2003, já que para esses se aposentarem terão que abrir mão da paridade e da integralidade. Paulo Paim se colocou à disposição para levar à frente o pleito dos servidores e informou que



A Fenajufe sugeriu ao senador Paim que realize uma audiência pública para tratar da aposentadoria especial para servidor com deficiência

a PEC já está redigida e encontra-se em fase de coleta de assinaturas junto aos senadores para que entre em tramitação.

Com isso, a Fenajufe passou a orientar todos os sindicatos a buscarem os senadores de suas respectivas bases eleitorais para solicitar apoio à PEC, inicialmente com a assinatura na proposta apresentada por Paulo Paim e posteriormente com o compromisso de trabalhar para que ela seja aprovada o mais rapidamente possível. São necessárias 27 assinaturas para que ela comece a tramitar.

Finalmente, a Fenajufe sugeriu ao senador que realize uma audiência pública para tratar do tema, incluindo também a PEC 36/2008 (da integralidade das pensões recebidas com relação ao benefício original), a PEC 170/2012 (de proventos integrais para aposentadoria por invalidez), da PEC 555/2006 (fim da contribuição previdenciária

dos aposentados e pensionistas do serviço público) e da PEC relativa a aposentadoria especial para servidores que recebem insalubridade e periculosidade, que não incluiu expressamente os oficiais de justiça e os agentes de segurança. A solicitação foi prontamente atendida por Paulo Paim, que comprometeu-se a marcar a audiência e comunicar à Fenajufe.

Paim foi questionado sobre os servidores com deficiência que entraram depois da Emenda Constitucional (EC) 41 de 2003 e respondeu assinalando a necessidade de se entrar com uma PEC específica para esse caso, que precisa ser mais bem discutida com a categoria. Roberto Ponciano ponderou que para se reverter a EC 41/2003, será necessário se fazer toda a contrarreforma da Previdência, acabando inclusive com a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público

Federal (Funpresp), e que esta é uma luta que terá que contar com todos os servidores públicos.

Roberto Ponciano indagou, ainda, ao senador sobre a Meta 4 do Ministério da Educação, que tem projeto em tramitação no Congresso e que acaba com a educação especial para os deficientes. Paulo Paim garantiu que o governo, após pressão exercida depois de uma audiência pública, já reviu sua posição e garantiu a educação especial no novo projeto. Ao ser indagado por Fagner Azeredo e por João Batista sobre o apoio da bancada do de seu partido, e do governo, ele foi taxativo em afirmar que essa PEC não é de interesse do governo e que vai precisar muita pressão para que seja aprovada no congresso (ver matéria "PNE avança no Senado").

A reunião terminou com a promessa do agendamento de uma audiência pública e com a tarefa da Fenajufe e dos sindicatos enviarem todos os esforços para tramitação e aprovação da nova PEC proposta pelo senador Paulo Paim.

Da Redação, com informações da Imprensa Fenajufe.

Protestos de centrais sindicais impedem votação do PL da Terceirização

Nesta quarta-feira, 18/09, a Câmara dos Deputados realizou uma Comissão Geral (nome oficial da audiência pública no Plenário da Câmara dos Deputados) para debater o PL 4330/2004, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que amplia a terceirização e a precarização das relações de trabalho. Além de deputados, fizeram o uso da palavra representantes de centrais sindicais, entidades empresariais, magistrados, entre outros.

As quatro maiores entidades nacionais de trabalhadores brasileiros, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Força Sindical e Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), chamaram ato e protesto conjunto e saíram em caminhada até o Anexo II da Câmara dos Deputados, onde os trabalhadores foram impedidos de entrar. Diante da atitude autoritária da Câmara, os trabalhadores rapidamente reagiram e, com a palavra de ordem “Se os trabalhadores não entrarem, ninguém vai entrar”, tomaram conta da portaria do prédio e fizeram um piquete, impedindo que toda e qualquer pessoa entrasse: deputados, assessores parlamentares, entregadores. Ninguém mais entrou na Câmara, que ficou sitiada sobre o forte protesto das centrais sindicais.

“Bandidos” e “escumalha”

Com forte esquema de segurança que envolveu a Polícia Federal, a Polícia Legislativa e a Polícia Militar do Distrito Federal (DF), poucas pessoas tiveram acesso à galeria do plenário para acompanhar a audiência. Logo no início, a comissão foi interrompida porque o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) chamou os representantes dos movimentos sindicais de “bandidos” e “escumalha” (escória social, ralé).



Roberto Ponciano: “somos contra a precarização do trabalho”

Autor da proposta que prejudica os trabalhadores, o empresário e deputado Sandro Mabel, destacou que quer proteger os 15 milhões de terceirizados em todo o País. Para ele, o projeto tirará os terceirizados da “precarização”, ao invés de mais baixar a situação deles, como argumentam os sindicatos. Mas não é isso que demonstra a realidade brasileira. Essa modalidade de relação de trabalho somente beneficia os grandes empresários e “não há um único exemplo de terceirização benéfica em relação à saúde do trabalhador”, conforme afirmou Maurício Delgado, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Se aprovado, o projeto abre caminho para que trabalhadores percam seu emprego nas empresas para que sejam contratados por empresas terceiras, quaternárias ou mesmo como pessoas jurídicas sem que tenham acesso aos direitos trabalhistas garantidos atualmente na Consolidação das leis do Trabalho (CLT).

Fenajufe se faz presente

O coordenador plantonista da Fenajufe, Roberto Ponciano, esteve presente no protesto desde às 8 horas da manhã. Segundo Ponciano, na visão da CUT há uma série de inverdades acerca desse debate: “A central não é contra os trabalhadores que operam em setores terci-

zados. É contra a precarização do trabalho que retira seus direitos. A restrição à Terceirização não retira postos de trabalho, cria, isso sim, mais postos de empregos decentes”.

Pressão do movimento

O projeto vem sendo alvo de vários protestos, o que levou o relator da proposta, deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA), a criticar o movimento sindical. Segundo ele, “o Parlamento se tornou refém de posições que não são da maioria, mas de uma minoria que consegue se organizar”. Na verdade, a única preocupação do relator, assim como do autor da proposta, é garantir os interesses patronais, segundo os representantes do movimento sindical.

O deputado Vicentinho (PT-SP) saiu do Congresso e foi conversar com os trabalhadores. Vicentinho

contestou a suposta “agressão” que um deputado federal afirmou ter sofrido ao ser barrado na porta do Congresso e disse que o mesmo estaria mentindo, já que o movimento dos trabalhadores sempre se comportou de maneira pacífica. Vicentinho também afirmou que a mobilização era fundamental, e que a maioria pró-PL 4330 estava se diluindo graças ao esforço dos trabalhadores. Pediu, também, o parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT), que os trabalhadores não arrefecessem e continuassem a lutar. Mas que considerava muito difícil haver votação da proposta, dada a grande pressão que os trabalhadores, organizados em seus sindicatos e centrais sindicais impuseram ao Congresso, se não o projeto, daninho aos trabalhadores, teria passado.

Outro que também se pronunciou foi o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), informando que não entraria mais na pauta daquele dia, a votação do PL 4330/2004 e que nas próximas semanas a pressão exercida na Câmara, dificultará que o projeto entre na Ordem do Dia, mas que os trabalhadores deveriam ficar atentos. Chico Alencar informou ainda que o PT tomou posição oficial contra o PL 4330/2004 e que votará em bloco contra o projeto, segundo lhe foi informado pelo presidente da CCJ, deputado Décio Lima (PT-SC).

Depois da realização dessa Comissão Geral, há uma avaliação, por parte das centrais sindicais, de que está cada vez mais difícil a aprovação do PL 4330/2004 na Câmara, mas a luta contra a Terceirização não pode arrefecer e a pressão dos trabalhadores precisa aumentar sobre os parlamentares para que seja definitivamente arquivado.

A CUT não é contra os trabalhadores que operam em setores terceirizados. É contra a precarização do trabalho

Da Redação, com informações da Imprensa Fenajufe.

Unimed-Rio compra carteira de clientes da Golden Cross

Unimed-Rio adquire carteira de beneficiários de planos individuais e familiares da Golden Cross

Bruno Franco*

Na mesma semana em que anunciou o descredenciamento de laboratórios de imagens ligados ao Grupo Fleury, a Unimed-Rio ampliou seus conveniados nessa área e adquiriu a carteira de beneficiários de planos médicos e odontológicos individuais e familiares da Golden Cross, no Brasil. Assim, a partir de 1º de outubro, os 160 mil clientes individuais da Golden Cross passarão a ser atendidos em todo o país pela Unimed-Rio.

A operação foi aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), fazendo com que a Unimed conte com mais de um milhão de clientes no país, que serão atendidos por intermédio de seu sistema nacional de cooperativas. A mudança não exigirá recadastramento por parte dos beneficiários.

De acordo com comunicado conjunto das empresas envolvidas, os contratos dos clientes não serão alterados e todos os direitos serão preservados. Todos os tratamentos e cirurgias agendados estão mantidos e os clientes não terão de cumprir novos prazos de carência.

A Unimed-Rio se comprometeu a manter os mesmos contratos e hospitais da rede da Golden Cross, o que poderá ser feito por contratação direta dos prestadores ou por intercâmbio com outras operadoras. A Golden Cross, por sua vez, concentrará seus investimentos em vendas e atendi-

mentos a clientes coletivos incluindo micro e pequenas empresas, corporativo, adesão e odontologia.

“O movimento está alinhado à nossa missão de oferecer ao cliente o acesso amplo a uma medicina de qualidade e gerar mais oportunidades de trabalho para nossos médicos cooperados. A gestão será feita pela Unimed-Rio e os novos clientes se juntam a um grupo que já conta com mais de 950 mil beneficiários e a uma empresa que é seguidamente apontada

como referência no mercado de saúde suplementar do Rio de Janeiro”, esclarece Celso Barros, presidente da Unimed-Rio, em “press-release” divulgado pela assessoria de imprensa da empresa.

Os clientes que tiverem dúvidas devem entrar em contato com a ANS por um de seus canais de relacionamento: 0800 701 9656, um dos 12 Núcleos da ANS existentes no país ou pela Central de Atendimento no site www.ans.gov.br. De acordo com a sua assessoria de imprensa, a Unimed mantém um site esclarecendo tudo para o consumidor - www.unimedrio.com.br/souunimed e ao longo do mês de setembro, os novos clientes Unimed-Rio receberão comunicados com esclarecimentos completos sobre a mudança.

Ampliação da rede credenciada de serviços de imagem

A partir de 1º de outubro, os clientes da operadora Unimed-Rio não mais contarão com os serviços de laboratório e imagem das empresas Labs a+ Medicina Diagnóstica e Felipe Mattoso, que foram adquiridas recentemente pelo Grupo Fleury. O Grupo não quis mais continuar prestando serviços à Unimed-Rio

e, assim, solicitou o descredenciamento de sua s



empresas.

Como rea-

ção a esse cenário, a

Unimed-Rio anunciou a ampliação de sua rede de serviços de imagens, credenciando. Conforme pode ser visto em seguida, são sete os prestadores de serviço de imagem que passam a operar para os clientes Unimed-Rio e, em consequência, ao sindicalizados ao Sisejufe que são atendidos pelo convênio do sindicato com a Unimed-Rio.

Desde o dia 9 de setembro, estavam credenciados os laboratórios Cedimagem – Centro de Diagnóstico, localizado em Botafogo, cujo atendimento destina-se aos usuários dos

planos Personal, Personal 2, Alfa e Alfa 2; e Clínica de Ultrassonografia de Botafogo, cujo atendimento foi ampliado para as unidades Centro e Tijuca para todos os planos.

Da mesma forma, outros cinco laboratórios estavam credenciados desde o dia 16 de setembro. São eles o Bronstein, com serviços de imagem e laboratório, atendendo a todos os planos; o Lâmina, com serviços de imagem e laboratório para atender aos clientes dos planos Delta, Delta 2 e Ômega; a CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem, com atendimento ampliado para a unidade Tijuca para todos os planos, para os novos planos a partir do Beta 2; o Sérgio Franco, passando a atender nas três unidades de Caxias, no MDX e nas unidades Tijuca e Campo Grande 2 para os planos a partir de Alfa e para os novos planos a partir de Delta 2; e Pró-Med, novo prestador que passa a fazer parte da rede credenciada de serviços de imagem atendendo a todos os planos, com unidades localizadas na Barra da Tijuca, em Botafogo, no Centro e em Madureira.

A suspensão do atendimento nos laboratórios Labs a+ Medicina Diagnóstica e Felipe Mattoso será a partir do dia 2 de outubro, mas, até lá, o atendimento dos clientes da Unimed-Rio, inclusive os que pertencem ao contrato Sisejufe, continuará a ser realizado.

É bom lembrar que os clientes dos planos vinculados à Unimed pelo Sisejufe têm ao seu dispor, além desses, mais de 70 prestadores de serviços de imagem e 25 laboratórios. As opções se encontram no Guia Médico Online contido no site da empresa - www.unimedrio.com.br. Mais informações sobre a rede credenciada da Unimed-Rio também podem ser obtidas na Central de Atendimento 24 horas: (21) 3861-3861. [*Da Redação.]

Coisas da genética

Marlene de Lima*

Sandrinha pegou o sutiã rosa tamanho PP, que hibernava à espera dos seios e, posses-
sa, o atirou no chão. As outras meninas da turma tinham seios, menos ela.

“Questão de DNA, meu anjo - Sônia tentara consolar - “as irmãs do seu pai têm busto pequeno. Você só tem 14 anos. Guarde o sutiã para o próximo aniversário e deixe de ser boba.”

Ernesto, lá da sala, perguntou por que a choradeira no quarto da filha. Sônia, já no banheiro, gritou que não estava entendendo o que ele dizia.

Pedro respondeu pela mãe, sem tirar os olhos do monitor:

“Porque a Sandra não tem peitos!”

“Besteira. Isso é assim mesmo.”

“Mas a mãe disse que a culpa é do DNA de vocês, pai. As mulheres são todas umas despeitadas.”

“E o que tem DNA a ver com peitos?” - Esbravejou o chefe da família. O filho, ocupadíssimo, deixou sem resposta.

Minutos depois, o casal se cruzou no corredor largo da casa suburbana. Ele, com um balde para lavar o carro no quintal. Ela levando o caçula enrolado numa toalha listrada, de capuz, e máscara do Homem-Aranha.

Sônia abanou a cabeça. O marido só se preocupava com o carro e o Vasco. Fora disso, fazia conclusões estapafúrdias.

“Homem, tenha um pouco de sensibilidade. Essa do DNA é a pergunta mais idiota que já ouvi ultimamente.”

Ele continuou em marcha, irritado pela insinuação da mulher.

“Ora, ponha algodão naquele sutiã inútil, que ela já mostrou até pro capinador.”



“Mentira pai. Eu botei ele na corda, com medo que mofasse” - Protestou uma voz soluçante.

À noite, Sandrinha iria à uma festa na casa da Renata. Aniversário do irmão dela, que já estava no 2º ano do Ensino Médio. Claro que o André, aquele gato de olhos verdes, também estaria lá. O cara era estranho: gostava de Tom Jobim, Chico Buarque e outros antigões. Por isso, ela passou uma semana ouvindo os CDs dos pais. Torrrara a mesada num minivestido preto e num par de sandálias douradas, de saltinhos.

As coisas não deram certo. André se meteu na biblioteca da casa, em animadíssimo papo com o avô do

aniversariante. Ela deu uma olhada: no DVD, Chico Buarque, bem novo, cantava em preto e branco. Atrás dele, um coral de três meninas de tubinho. Um daqueles festivais do século passado.

Sandra se contentou com os carinhas de 13 e 14 falando sobre Harry Potter, e, as meninas, sobre a vinda do astro dos filmes vampirescos, ao Brasil. Quando o André quisesse aproximação, ela não daria a mínima.

Ernesto foi buscá-la depois da festa e, na volta, quis ajeitar as coisas.

“Ouça, meu bem, DNA é besteira. Um dia você pode até querer reduzir o busto. E, aí sim, vou levar você aos

melhores discípulos do Pitangui.”

Entendeu a intenção do pai. Bem, o algodão era ridículo, mas com o sutiã, mesmo vazio, se sentia mais velha. Afinal, a pala transparente do vestido deixava ver as alças. Maneiríssimo.

Um gato varou, como uma flecha, a luz dos faróis. Os dois riram, enquanto o Fiat superbranco percorria a avenida Maracanã.

*Marlene de Lima é servidora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1-RJ)

Sisejufe participa de etapas do projeto

Foto: Acervo Sisejufe

Participando ativamente das duas etapas do seminário que discutiu o atual texto do Projeto de Lei que constitui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Ricardo de Azevedo, diretor do Sisejufe, coordenador do Núcleo das Pessoas com Deficiência, informa que o texto foi elaborado pelo grupo de trabalho designado para tal finalidade e que tinha o compromisso firmado de “não retrocesso” em relação ao conteúdo da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (NPCD). No entanto, percebeu-se, desde logo, segundo Ricardo, algumas falhas, retrocessos e discussões que faltaram ser feitas ao longo de seus mais de 130 artigos.

A primeira etapa foi realizada na OAB-RJ, em 9 de agosto, e a segunda foi promovida pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em 6 de setembro. Na primeira Ricardo de Azevedo esteve representando o sindicato e fez algumas falas criticando o termo “cuidador” utilizado no texto do estatuto e também em relação ao fato de o mesmo não ter enfrentado a discussão da educação especializada versus o modelo inclusivo, tão em pauta no momento em que foi discutido o Plano Nacional de Educação (PNE). Outra intervenção feita pelo diretor do Sisejufe foi em relação ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) que, através do Provimento 89 de 2011 impôs a obrigação aos cegos de terem que ter duas testemunhas para poderem abrir firma nos cartórios fluminenses.

Segundo Ricardo, o TJRJ, “em um completo contrassenso com a Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, agiu de forma retrógrada e inconstitucional, uma vez que a mencionada convenção agora é parte integrante

de nossa Carta Constitucional”.

Ressalta o dirigente que o Sisejufe já tentou marcar audiência com a Corregedoria daquele Tribunal “no intuito de buscarmos a solução para a mudança de tal dispositivo, mas até agora não conseguimos. Solicitamos ajuda do deputado estadual Robson Leite, porém, até então, não tivemos qualquer resposta. Para a nossa sorte, o promotor que trata dos direitos das pessoas com deficiência e idosos do Rio estava presente na primeira etapa de discussão do estatuto e encaminhou nossa demanda ao Procurador Geral de Justiça do Rio de Janeiro para providências. Agora, estamos no aguardo. Em última análise, foi uma baita vitória do Sisejufe, que levou ao conhecimento do Ministério Público Estadual a norma teratológica do TJRJ”.

Na segunda etapa, além do diretor Ricardo Azevedo, também esteve presente o diretor Roberto da Mota. Ricardo, pela manhã, fez questão de reafirmar o absurdo do termo “cuidador”, presente no texto do estatuto, ressaltando que o mesmo não tratou, “como deveria da questão da Educação e que deixou de tratar de muitas questões que nos são afetas”. Ricardo lamenta, também, o fato de não ver na prática as equipes multiprofissionais que deveriam existir para acompanhar a pessoa com deficiência desde a inscrição para prestar concurso público até o momento do término do estágio probatório. “Na prática, o que fazemos é dispor de um médico para dizer se estamos aptos ou não a assumir o cargo para o qual passamos e nada mais”, aponta Ricardo.

Ricardo lamenta que o NPCD do Sisejufe não tenha podido se fazer representar na audiência pública que aconteceu no dia 13 de setembro no prédio da OAB-RJ, com a presença



“No intuito de buscarmos a solução para a mudança de tal dispositivo, mas até agora não conseguimos. Solicitamos ajuda do deputado estadual Robson Leite, porém, até então, não tivemos qualquer resposta. Para a nossa sorte, o promotor que trata dos direitos das pessoas com deficiência e idosos do Rio estava presente na primeira etapa de discussão do estatuto e encaminhou nossa demanda ao Procurador Geral de Justiça do Rio de Janeiro para providências. Agora, estamos no aguardo. Em última análise, foi uma baita vitória do Sisejufe, que levou ao conhecimento do Ministério Público Estadual a norma teratológica do TJRJ”

da atual relatora do Estatuto da Pessoa com Deficiência na Câmara Federal, deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP).

Na última reunião do MPCD, os diretores Dulavim e Ricardo aprovaram que vão fazer uma análise do Projeto de Lei que trata do Estatuto e

enviarão contribuições ao projeto em nome do Sisejufe até 1º de outubro, data em que expira o prazo para envio de contribuições ao projeto, por parte da relatora.

*Da Redação.

Projeto do Estatuto da Pessoa Deficiente

O Projeto de Lei que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) avança em sua tramitação no Senado. Junto com isso, a questão da Meta 4 também evolui

PNE avança no Senado

Apresentado pelo governo, o projeto - que tramita no Senado como PLC 103/2012 - possui 14 artigos e 20 metas. O plano tem duração prevista de 10 anos e tem entre suas diretrizes a erradicação do analfabetismo e a universalização (garantia de acesso) do atendimento escolar.

Um dos principais destaques da proposta é a Meta 20, na qual se determina que, ao final dos dez anos de vigência do plano, os investimentos públicos em educação terão de representar no mínimo 10% do PIB. Inicialmente, o objetivo do governo era chegar a 7%, mas esse percentual foi elevado para 10% durante a tramitação da matéria na Câmara dos Deputados.

Alunos especiais

Um dos obstáculos à votação da matéria na CCJ era o impasse em torno da Meta 4, que visa garantir o acesso à educação básica para

os estudantes com deficiência (os alunos especiais) de 4 a 17 anos. O impasse surgiu após a tramitação do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o texto foi aprovado com modificações.

Após negociações com o Ministério da Educação e entidades que se dedicam a essas crianças e adolescentes, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apare), o relator do projeto na CCJ, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), chegou ao texto aprovado nesta quarta-feira. Vital é presidente da CCJ.

Na redação dada à Meta 4, pela CAE, os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) às instituições que oferecem ensino especial (enquanto substitutas da escola regular) seriam encerrados em 2016, o que gerou diversos protestos. Vital retirou essa previsão, conforme havia sido antecipado por uma representante do Ministério da

Educação durante audiência pública no início da semana passada.

"Preferencialmente"

Outra mudança que havia sido feita pela CAE se referia à exclusão do termo "preferencialmente" no texto que abre a Meta 4. Essa palavra aparecia na redação aprovada na Câmara dos Deputados, mas foi retirada. Para entidades como a Apare, a supressão desse termo abria uma brecha para que as escolas deixassem de oferecer um acompanhamento diferenciado para os alunos com deficiência. Vital do Rêgo reinsertiu a palavra, medida que também foi antecipada pela representante do Ministério da Educação.

A redação proposta por Vital é a seguinte: "Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o

acesso à educação básica, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (...)". Entre as opções de acompanhamento diferenciado, estão as classes especiais (oferecidas pelas próprias escolas, paralelamente às classes regulares), os centros de ensino especial (que se dedicam exclusivamente a esses alunos) e as Apaes.

Rede privada

Logo após a votação na CCJ, o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) alertou para a possibilidade de que a previsão de investimento de 10% do PIB previstos no PNE incluía também o ensino da rede privada.

"A conta do financiamento da educação, os 10% do PIB previstos pelo Plano Nacional de Educação, não pode incluir o financiamento da educação privada, mas querem nos impor isso. Os 10% têm de ser direcionados única e exclusivamente à educação pública", ressaltou o senador Randolfe, frisando que levará essa discussão para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), na qual o projeto será examinado a partir de agora.

Da Redação, com informações da Agência Senado.

TCU aprova pagamento da última parcela da URV

Finalmente foi aprovado o processo TC 007.570/2012-0, que revogou suspensão da liberação de recursos para pagamentos da URV (11,98%), na sessão do Tribunal de Contas da União (TCU) ocorrida dia 28 de agosto. Estavam presentes na sessão os coordenadores da Fenajufe, Roberto Ponciano e Clelio Oliveira, também coordenador do Sindjus/DF, e o presidente do

Sindiquinze/SP, José Aristéia.

Enquanto o relator, ministro substituto Weder de Oliveira, lia seu voto apontando para a suspensão da medida cautelar que adiou o pagamento dos passivos do pessoal dos tribunais regionais do Trabalho, foi interrompido pelo ministro Raimundo Carreiro, que pediu vista do processo para analisar melhor a matéria. Porém, com a forte pressão dos servidores presentes, Carreiro

voltou atrás e a apreciação foi reiniciada, com aprovação da matéria.

Agora a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) será oficiada da decisão para liberação de verba e encaminhamento para o Tribunal Superior do Trabalho (TST) distribuir aos TRTs.

Acesse o Acórdão em <http://www.fenajufe.org.br/images/Ac%C3%B3rd%C3%A3o%20TCU%20-%20URV.doc>.

A decisão do pagamento do

URV atinge apenas os TRTs, que devem pagar aos servidores. No caso do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, além da quarta parcela da URV, os funcionários têm a receber outros dois passivos que estavam em análise: o saldo do Adicional de Tenso de Serviço (ATS) e da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), essa última paga somente aos juízes.

Uma coalizão de ideias pela d



Foto: Fernando Frazão/Abi

Bruno Franco*

Na sequência das manifestações populares que tomaram as principais cidades do país, em junho, e evidenciaram o repúdio de parte significativa da sociedade em relação ao sistema político brasileiro, diversas organizações buscaram sistematizar as demandas populares e transformá-las em propostas concretas para que o potencial reformador emanado das ruas e suas multidões não sejam dissipados, sem a obtenção de pelo menos algumas imprescindíveis conquistas.

Nesse sentido, foi apresentada na sede da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília, no dia 3 de setembro, uma importante proposta, a “Campanha de Projeto de Lei de Iniciativa

Popular pela Reforma Política”, esboçada pela “Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas”. Apesar de a campanha ter surgido em julho desse ano, a articulação de movimentos sociais e entidades da sociedade civil foi constituída há cerca de 10 anos, no que foi chamada de “Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político”.

Essa articulação chegou à conclusão de que seria preciso reformular o sistema político (não apenas o sistema eleitoral) para efetivar a dita soberania popular. Tal reformulação dar-se-ia em cinco frentes: a democracia direta, a democracia representativa, a democracia participativa, a democratização dos meios de comunicação e a democratização do Poder Judiciário.

Por sugestão da CNBB, a Plataforma reuniu-se com outras entidades, tais como o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), a

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB).

Formou-se, então a Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas, que elaborou um projeto de lei de iniciativa popular consensual, tratando da democracia direta e da democracia representativa. O projeto propõe o financiamento público de campanhas, de um lado, e a possibilidade de financiamento individual, com um teto de 700 reais por pessoa (em torno de um salário-mínimo), cercado de exigências. O financiamento por parte de pessoa jurídica (empresas) fica proibido.

No que tange à democracia direta,

a proposta estabelece que determinados temas tenham de ser decididos pela população, tais como a possibilidade de privatização de serviços públicos, de empresas estatais ou de bens públicos; a alienação, pela União Federal, de jazidas, em lavra ou não, de minerais e dos potenciais de energia hidráulica.

A eleição de parlamentares seria feita em dois turnos. Primeiro, os eleitores votariam em um partido e, no segundo turno, no candidato daquele partido. Ou seja, primeiro seria escolhido o programa partidário e, em seguida, o candidato mais apto a representá-lo.

De acordo com Joaquim Giovani Mol, presidente da comissão da CNBB para reforma política, “será preciso articular todas as entidades para envolver a sociedade nesse debate. A nossa luta nesse momento é a busca por mais de 1,5 milhão de assinaturas nesse projeto. Precisamos explicar para a população os

Democracia

Apesar de desalentador, esse dado não é surpreendente. Apesar da insatisfação com a política estar largamente disseminada pela sociedade, isso não significa que a mesma esteja suficientemente politizada

pontos de nossa proposta, já que há um indignação como forma como vivemos a política em nosso país.

Cidadão mobilizado, porém desinformado

Para que a proposta se torne um projeto de lei de iniciativa popular, são necessárias cerca de 1,6 milhão de assinaturas. Para que as regras sejam válidas já para as eleições de 2014, o projeto teria de ser aprovado pelo Congresso Nacional até 5 de outubro. A coleta de assinaturas pode ser feita presencialmente ou de forma eletrônica, na página www.eleicoeslimpas.org.br. Até o dia 30 de setembro, havia apenas 180 mil assinaturas, o que indicava que o próximo pleito deverá ser conduzido sem mudanças substanciais.

Apesar de desalentador, esse dado não é surpreendente. Apesar da insatisfação com a política estar largamente disseminada pela sociedade, isso não significa que a mesma esteja suficientemente politizada. Prova disso é a pesquisa realizada pelo Ibope, entre os dias 15 e 19 de agosto, e divulgada pelo jornal Estado de S. Paulo,



Foto: Tomaz Silva/ABr

apontando que apenas 7% dos entrevistados se consideram bem informados sobre o tema. Outros 34% dos entrevistados disseram estar pouco informados sobre esse debate, enquanto 52% disseram que não estão nem um pouco informados. Outros 7% sequer souberam responder. Dos 41% que, em tese, teriam alguma informação sobre a Reforma Política, um em cada três (28%) não soube indicar uma única proposta específica que

faria parte dessa reforma.

Em que pese tamanha desinformação, a questão fulcral da reforma política é mesmo a questão do financiamento de campanhas e o peso que os recursos privados exercem, atualmente, sobre as mesmas. Entre 2002 e 2010, os gastos totais em campanhas eleitorais no Brasil saltaram de R\$ 800 milhões para R\$ 4,8 bilhões. Considerando apenas as campanhas para deputado federal em

todo o país, os gastos passaram de R\$ 191 milhões, em 2002, para R\$ 439 milhões, em 2006, chegando a R\$ 926 milhões em 2010.

Segundo prestações de conta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos 513 eleitos em 2010 para a Câmara Federal, 369 estão entre os candidatos que mais gastaram. Os eleitos investiram, em média, 12 vezes mais do que o restante dos candidatos.

Em 2010, as 20 maiores empresas doadoras, com valores que oscilaram entre 20 e 90 milhões de reais cada, foram as seguintes, pela ordem: Camargo Correia Construções, Construtora Andrade Gutierrez S/A, IBS S/A, Banco Alvorada, Construtora Queiroz Galvão S/A, Construtora OAS Ltda., Banco BMG S/A, Gerdau Comercial de Aços S/A, Contax S/A, G Engenharia S/A, Banco Itaú S/A, Cia Metalúrgica Prada, Leroy de Caxias Indústria, Comércio e Logística Ltda, UTC Engenharia S/A, EMP Fertilizantes Fosfatados S/A, Ultra Fertil, Guilherme Leal (Natura), Banco Bradesco e Vale Manganeis S/A.

*Da Redação.

Foto: Marcelo Camargo/ABr



Prazo de adesão ao Fundo de Previdência Complementar do Judiciário Federal começa dia 14 de outubro

O servidor do Judiciário que for participar do novo fundo será descontado em 8,5% de seu salário

Max Leone*

Os novos servidores do Judiciário Federal e o pessoal mais antigo que optar por aderir à Previdência Complementar instituída pelo governo vão começar a contribuir para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) a partir do dia 14 de outubro. A confirmação é do secretário de Gestão de Pessoas do Supremo Tribunal Federal (STF), Amarildo Vieira. O alerta sobre o prazo de adesão foi feito inicialmente pelo próprio secretário em entrevista ao jornal *Contraponto*, na edição do mês de junho desse ano. “Solicitamos a prorrogação de prazo à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que deferiu o nosso pedido. O nosso prazo passou para 12 de outubro, que além de ser feriado, cai em um sábado. Assim, a adesão começará na segunda-feira, dia 14 de outubro. A nova data não é ruim, pois os servidores que ingressarem antes, até o dia 11, estarão enquadrados na situação anterior e terão dois anos de prazo para optar pela adesão ou não ao Regime de Previdência Complementar”, explica Amarildo Vieira.

O servidor do Judiciário que for participar do novo fundo será descontado em 8,5% de seu salário. Pela nova legislação, o funcionário aposentará tendo como limite o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atualmente em R\$ 4.159, para os trabalhadores da iniciativa privada. Quem quiser receber mais do que o limite, terá que aderir ao plano de Previdência Complementar. No caso dos antigos servidores, a adesão é voluntária.

De acordo com o secretário, o prazo correto de adesão é 12 de outubro e não conforme a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) do Ministério da Previdência Social que apontava a participação do servidor a partir de 26 de junho. Segundo o secretário, a Previc tinha entendimento diferente do que o STF avaliou em relação a prazos de entrada em vigor do Funpresp-Jud.

Amarildo Vieira explicou que a lei que cria o Regime de Previdência Complementar (RPC) - a 12.612/2012 - determina a implementação de plano de benefício por contribuição definida e que o desconto para o plano vale somente para quem entrar depois que o fundo for instituído. Ele lembra o andamento da criação do fundo: “O STF já baixou resolução criando o fundo. A proposta de estatuto foi aprovada pela Previc. Mas o plano precisa de aprovação pela própria Previc. O entendimento está equivocado em relação ao prazo. Ela - a Previc - achava que a lei determinava que tudo passasse a valer a partir de 26 de junho. Para nós do STF, não é assim. A lei estabelece dois prazos. Um de seis meses após a aprovação para criar o fundo - o que o STF fez, com a Resolução em 29 de outubro

de 2012. A Resolução é a carta de intenção de criação do fundo. A partir daí, a lei determina 240 dias para aprovação do estatuto por parte da entidade regulatória, no caso a Previc. Mandamos o dossiê para a Previc em janeiro, que foi aprovado em fevereiro desse ano. Por isso, o prazo de 30 de outubro a 15 de fevereiro não deve ser contabilizado. O prazo começa mesmo em 16 de fevereiro, dia da publicação da aprovação e termina em 12 de outubro deste ano, quando passa a valer a adesão”.

Segundo o secretário do STF, o novo fundo receberá, do governo, um aporte inicial de R\$ 25 milhões, a título de antecipação patronal. O restante das contribuições virá das adesões que os servidores farão voluntariamente. “Mas o governo acaba estimulando a participação do servidor quando também participa com o recolhimento da parte patronal”, afirma Amarildo Vieira.

No dia 13 de agosto, o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, se reuniu com os presidentes dos tribunais superiores e representante do Ministério Público da União para discutir a composição do Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário. O objetivo de Joaquim Barbosa é ouvi-los acerca da composição desse conselho, que terá funções administrativas e será composto por servidores. Durante a reunião, ele solicitou que sejam indicados nomes de servidores que tenham familiaridade com o tema previdenciário. Além do conselho deliberativo, a Funpresp-Jud também contará com um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva.

Servidores do governo do estado terão simulador

Para o funcionalismo do governo do estado, a Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro lançará um simulador para que os servidores calculem como vão ficar as suas aposentadorias, de acordo com as novas regras lançadas pelo fundo RJPrev.

O serviço será acessado em www.rjprev.rj.gov.br. A página contém informações que podem ser usadas para esclarecer as principais dúvidas. A simulação também será permitida aos atuais servidores ativos que recebem acima do teto do INSS e que podem aderir ao fundo.

Para quem não quiser aderir, continuam as regras atuais. Já quem tomou posse desde o dia 4 e tem vencimento acima do limite previdenciário contribui com 11% para o Rio Previdência. Sobre a parcela que exceder o teto, o servidor poderá descontar 5,5%, 6,5%, 7,5% ou 8,5% para o RJPrev.

O estado vai entrar com contrapartida de igual valor. Atualmente, o total de servidores civis que recebe acima do teto soma 164.200 funcionários, incluindo os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), o que representa 23,88%.

As principais categorias que têm vencimentos acima do teto do INSS são magistrados, procuradores do estado, defensores públicos, auditores fiscais, delegados de polícia, especialistas em políticas públicas e gestão governamental, analistas de planejamento e orçamento, analistas judiciários e analistas de controle externo.

*Da Redação.

Solvatten: uma preciosidade para a Ciência Ambiental

Débora Fontenelle*

Notícias ótimas, como todos sabem, não costumam ilustrar as primeiras páginas dos jornais ou destacar-se no horário nobre das emissoras de tevê. Felizmente, ano passado, tomei conhecimento de uma notícia de pouquíssima repercussão na mídia, mas de rico conteúdo: como um purificador de água, que funciona apenas dependendo da energia solar, tem contribuído para transformar, tanto em termos ecológicos quanto socioeconômicos, a realidade de populações que habitam em áreas nas quais a água potável é um bem raro. As experiências pioneiras no uso do aparelho em países como o Nepal e o Quênia foram mais do que bem sucedidas.

A criação chama-se “Solvatten”, ou “água do sol”, na língua sueca. A inventora do aparelho, Petra Wadström, começou a imaginar uma boa maneira de aproveitar a energia solar quando residia na Austrália, em 1997, mas depois que viajou com a família para a Indonésia viu a necessidade de criar um purificador de água leve e simples de manusear. Daí, em 2006, surgiu o “Solvatten”, que depende unicamente da radiação ultravioleta do sol e de um filtro embutido para transformar água contaminada em água potável.

O aparelho é bastante fácil de usar, pois consiste em um galão de plástico que comporta até 11 litros e divide-se em dois compartimentos. Para funcionar, deve-se abrir o aparelho como um livro, enchê-lo com água infectada através de duas tampas pretas e expô-lo ao sol entre

2 e 6 horas. Os raios solares e o filtro do purificador matam os microrganismos, bactérias, vírus e parasitas. Depois, pode-se fechar o aparelho e servir a água através de duas tampas brancas. Para conferir o estado da água, basta olhar um ícone em forma de círculo, com expressão triste, que permanece com uma luz vermelha enquanto a água está poluída, mas muda para uma carinha sorridente e acende uma luz verde quando a água está filtrada.

As populações que estão usando a nova invenção como as dos vilarejos de Bungoma no Quênia, graças à iniciativa da Organização Não-Governamental (ONG) sueca Vi Skogen, estão relatando que não precisam mais causar desmatamento à região. Os moradores chegavam a gastar até metade de sua renda comprando lenha ou carvão vegetal para ferver a água e, agora, com os aparelhos “Solvatten”, além de fazerem economia, têm mais tempo para outras atividades - em particular as mulheres - reduzem a emissão de gás carbônico no ar e ainda preservam a vegetação local. No Nepal, país que tem aproximadamente 98% de sua água poluída, há participantes de um projeto organizado pela ONG nepalesa Enpho e pela agência das Nações Unidas UN-Habitat que estão muito felizes com o aparelho, sobretudo as mulheres, mais uma vez. Pois, por serem responsáveis pela coleta da água, elas estão tendo mais tempo livre até para dedicar-se a tarefas como criar galinhas, cabras e fazer plantios, aumentando a renda das famílias nas áreas rurais. Podem também dar mais atenção aos filhos e às tarefas domésticas. Para a população em geral, há o grande prazer de poder tomar banho, cozinhar, lavar as roupas e beber água 100%



Os benefícios do “Solvatten” já são usufruídos por cerca de 20 países



purificada. Inclusive, tanto no Nepal como na África, as pessoas assistidas estão evitando doenças como o cólera, o tifo, a diarreia e problemas estomacais. Os benefícios proporcionados pelo “Solvatten”, inclusive, já estão sendo usufruídos por, aproximadamente, 20 países como Uganda, Mali, Peru e até no Haiti.

Esta genial invenção se for bem propagada no futuro, indubitavelmente, poderá vir a beneficiar a parcela da população mundial que ainda não tem acesso à água tratada, sobretudo nas áreas mais pobres do planeta. No Brasil, inclusive, há populações que vivem em áreas onde a poluição da água também é uma realidade. Para que haja uma mudança neste panorama, não se deve esperar somente por uma iniciativa por parte de ONGs, mas por uma efetiva ação

em nível governamental para que se faça um investimento maior na política sanitária e ambiental.

A distribuição desse equipamento financiada pelos governos locais para as pessoas que não têm acesso à água potável poderia contribuir para proporcionar mais saúde, renda e qualidade de vida. E é sempre bom lembrar que a única energia utilizada pelo aparelho é a dos raios solares. Energia rica, saudável, limpa, poderosa e, o melhor de tudo, ainda é gratuita.

*Débora Fontenelle é técnica judiciária na Subsecretaria de Contratações e Material da Justiça Federal (SJRJ)

Violência Black Bloc: questões conceituais ou agora falando sério

Roberto Ponciano*

O sarcasmo e a ironia sempre foram armas da esquerda. Mas, falaram tanta bobagem que decidi falar sério. Esses Black Blocs são uma maçã amarga. Mas não há remédio senão comê-la inteira, depois de dar-lhe uma primeira mordida. Vamos então à questão.

Não, como marxista eu não condeno todo tipo de violência. Sim, a violência é revolucionária, todas as mudanças de estrutura no mundo tiveram um momento de violência. Mas a violência é a “Parteira da História” - como diria Karl Marx -, não é a mãe, nem o pai. E Marx não definiu a violência como simples parteira, à toa. Talvez seja uma dos aforismos menos entendidos de Marx, junto com outro: “A religião é o ópio do povo.”

Se reproduz, há séculos, um estranho fenômeno do marxismo que eu apelidei de “marxismo religioso”, daí, seita e sectarismo é que consistem em uma espécie de quixotismo de orelhas de livro. A pessoa não lê, ou lê pouco, e mal, Marx, e junta umas orelhas de livro para tentar explicar a história. Marx não foi um apologista da violência pela violência. Se assim fosse, talvez, tivesse pouca ou nenhuma utilidade para o movimento social. Aliás, como humanista, quando prega o homem novo, a abolição do Estado e a educação dos cinco sentidos, Marx preconiza um estágio da sociedade em que nenhuma violência estatal será admissível ou necessária, porque não haverá mais classes sociais. Utópico? Bem, não é o objetivo desse artigo debater

isso. Digo, apenas, que defendo essa Utopia como objetivo final e como realizável, mas não é, mesmo, o seu objetivo deste trabalho.

Tudo isso dito, Marx, filho de uma época de guerra e revoluções, um grande dialético, não cairia na carapana de negar a violência, a existência dela como forma institucional de organização e estudar as formas necessárias para ultrapassar a violência organizada como Estado. Daí a ideia de abolição da sociedade de classes e do Estado e, com ela, a abolição da violência de classes. Mas, longe de ser um apóstolo da violência pela violência, Marx foi um ardoroso defensor da organização da classe trabalhadora em partido e no movimento social, incluídos os sindicatos para a tomada de poder e a ultrapassagem do sistema. Foi inimigo das teorias conspiracionistas (assim como Engels, Lênin, Trotsky, Gramsci) e espontaneístas, de sublevação da massa.

Para entender melhor a polêmica, tanto os blanquistas, quanto Bakhtin e a nascente teoria anarquista, defendiam a sublevação espontânea do povo. Ou seja, não eram necessárias organizações revolucionárias, partidos, participação no Parlamento; a violência da sociedade de classes levaria a um embate espontâneo entre as formas “autogestionárias” da sociedade e a repressão estatal.

Numa Europa, e em um mundo fortemente agrários, com boa parte da produção ainda artesanal (portanto individualizada), é muito fácil entender a profundidade desse apelo. A destruição do modo de produção artesanal e gremial, a expulsão do homem do campo e a sua transformação em operários e proletários fabris são a explicação da práxis de o porquê a classe trabalhadora passar rapidamente das organizações



Fotos: Internet

blanquistas, conspiracionistas, para organizações com disciplina, hierarquia, democracia horizontalizada, sim, mas comando verticalizado, de como a classe trabalhadora avançar da ideia de uma organização espontânea para partidos, sindicatos, centrais organizadas.

Marx foi o vencedor prático do embate teórico. O avanço do capitalismo fez com que fosse imprescindível à classe trabalhadora uma organização centralizada e hierárquica, dos trabalhadores em classe: os partidos operários. É uma invenção e uma necessidade da luta.

Marx, um lutador social prático, que participou de várias insurreições e tentativas frustradas de revolução, nunca prescindiu da ideia de organizações políticas da classe trabalhadora. Defendeu, inclusive, as alianças com os partidos democráticos da burguesia para o estabelecimento de repúblicas democráticas em oposição aos Estados monárquicos ou de cunho bismarqueano, porque somente neles seria possível se estabelecer uma luta profunda da classe trabalhadora e sua hegemonia no poder. Ou seja, Marx nunca foi um de-

fensor da violência pela violência. Aliás, aí reside o grande fracasso de Hannah Arendt, que promete comparar fascismo e comunismo, e descobrir, na teoria marxista, os germens das manifestações totalitárias na URSS. O fato é que uma leitura atenta de Arendt demonstrará o porque desse fracasso. Muitas vezes Arendt passa da crítica à aberta apologia, quando admite que “os comunistas eram os únicos adversários consideráveis do nazifascismo na Europa”. Intelectual erudita e honesta, Arendt, ao contrário de conservadores desonestos, não chega ao ponto de mentir. A sua tese é a de que o totalitarismo tem duas bases, a quebra de uma tradição oriental que vem da polis grega, e aí ela faz um ataque direto à Stálin, (mas não a Marx, que o concebe como inteiramente dentro dessa tradição filosófica); do outro lado, uma equiparação do homo faber ao homo labour. Ou seja, a equiparação do trabalho assalariado do fazer humano.

O problema é que Marx, na verdade, nesse ponto não é um adversário de Arendt, mas seu companheiro de armas na diferen-



ciação entre labour versus work, trabalho assalariado e trabalho em geral, na qual reside a base da Ontologia marxiana. Arendt não consegue provar seu ponto de vista inicial, até porque esta distinção marxiana é tão visível que servirá para Lukács fundar uma Ontologia materialista e marxista.

Voltando à questão da violência, Marx não é um ideólogo do totalitarismo, do Estado forte ou da violência pela violência, nem mesmo do levantamento voluntário das massas. Isso afasta a teoria marxista, de um lado, completamente, do nazifascismo, colocando-a como a sua pior crítica e inimiga do nazismo, vez que nega um Estado forte como representação da liberdade do marxismo. Para Marx, se há Estado, há coerção e violência. De outro lado, isso o afasta da tática espontânea anarquista e do Anarquismo que, sem mediações, sem passar por uma fase de transição, quer pular do capitalismo direto para a anarquia, um sistema sem Estado. Ainda que Marx pleiteie a abolição do Estado (e não sua extinção) ele preconiza uma fase transitória de reorganização das forças de produção e da sociedade.

Bem, fica bem claro que não há nenhuma simpatia, por parte de Marx, das estratégias e da organização anarquista no século XIX. Como não havia por parte de Lênin no século XX. Todavia, no século XXI a situação é muito pior. E por que isso? Ora, se compreende organizações anarquistas no campo russo, em 1917, que em muitos locais sequer se organiza através da propriedade privada, mas através de comunas de terras cultivadas cole-

tivamente. A autogestão era um caminho natural, e o Partido Operário Social-democrata Russo (POSDR), depois Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que tanto resistiu a ela, por fim, organizou o campo em fazendas coletivas, ainda que uma imposição do Estado, era a organização que melhor correspondia ao modo em que o povo russo tinha se organizado após a abolição da servidão.

Todavia, no século XXI, nas cidades, um anarquismo sem nenhuma tradição operária, não alicerçado no trabalho fabril gremial (extinto), ou na indústria, copia o espontaneísmo esperando, através da “imagética da violência”. Uma revolta popular, que eles mesmos não sabem quais são os fins e não tem orientação de classe proletária. O anarquismo é, até quase a metade do século XX, um movimento popular, classista e de massas que, com fortíssima penetração na classe operária e camponesa, apontava a autogestão como solução para os problemas da sociedade. Se era possível essa passagem direta ou não para a autogestão anarquista, é outra questão.

Os Black Blocs, coletivos de classe média raivosa, que do movimento anarquista original apenas têm o adjetivo “anarquia”, além de serem inimigos de qualquer organização da classe trabalhadora, não conseguem fazer uma mínima crítica de a quem servem. Aliando-se nos seus atos muitas vezes à direita mais perversa e oportunista, e sendo usada por elas, passam a imagem tola que vão destruir o capitalismo quebrando a vitrine das lojas e os vidros dos bancos.

Não têm essa mimese de mo-

Os Black Blocs, coletivos de classe média raivosa, que do movimento anarquista original apenas têm o adjetivo “anarquia”, além de serem inimigos de qualquer organização da classe trabalhadora, não conseguem fazer uma mínima crítica de a quem servem

vimento, pauta, tática, estratégia, objetivos e a única coisa que fazem é atrair, de um lado, um ódio difuso de uma parte da extrema esquerda que, fazendo uma péssima leitura de Marx, apoia seus métodos; de outra parte, uma massa disforme, que junta elementos marginais da direita e que tem como objetivos utilizar da desestabilização que os Black Blocs provocam para minar o movimento social organizado e balançar os partidos progressistas que porventura estejam no poder. De um modo ou de outro, os Black Blocs servem à reação.

Sobre violência, Marx é um filho de uma era de revoluções e acreditava na organização revolucionária, mas, ainda assim, é filho de seu tempo. Em seus textos a organização revolucionária ainda se baseava no embate da “guerra de barricadas”, nas quais o enfrentamento popular às forças de repressão se dava em condições muito menos desiguais do que no mundo de hoje, isso sem descuidar da inserção na vida político-partidária do seu tempo.

Todavia, em textos posteriores à Comuna de Paris, Marx, que já apresentava sua descrença em um

enfrentamento militar direto em barricadas (não na revolução), com os canhões, encouraçados capazes de bombardear cidades portuárias, fuzis de repetição e artilharia pesada, colocou a necessidade de se passar a uma nova fase da luta. Engels, que sobreviveu à Marx e foi seu testamenteiro ideológico, foi além, apontando a necessidade de os trabalhadores se organizarem em partido, o POSDR (Partido Operário Social – Democrata Alemão), e não caírem em provocações policiais para não entrarem num conflito em que a correlação de forças lhes era completamente desfavorável.

Bem, estamos falando de “arte da guerra”, correlação de forças e tecnologia militar. Como dialéticos, Marx e Engels desaprovavam condições de luta em que a classe trabalhadora estivesse em total desvantagem estratégico-militar. Muito longe desse “tatibitati” da “polícia violenta”, Marx e Engels sabiam que a polícia e o exército são os aparelhos repressores de Estado e que existem como forma de monopólio estatal da força, e que não se deve enfrentar nem um dos dois em condições inferiores para ser massacrado.

Lênin seguiu na mesma linha, e quem o lê entenderá que ele é contra o confronto armado até, pelo menos, agosto de 1917 e, somente o defende quando o Exército Branco está em frangalhos e as condições objetivas e subjetivas são favoráveis a um desfecho positivo para a classe trabalhadora. E, posteriormente, disse que o sucesso da Revolução Bolchevique não teria sido possível se não houvesse a Primeira Grande Guerra que impediu as potências imperialistas internacionais de intervirem de forma mais dura na Rússia. Ainda assim a Federação Soviética Russa foi invadida por várias potências estrangeiras e 17 países ocidentais mandaram tropas ou ajudaram os Brancos na Guerra Civil. Não há certeza de vitória numa sublevação revolucionária, mas uma possibilidade real, que devia ser aproveitada, depois de décadas de organização e luta não conspiratória. Em resumo: nem um dos grandes ideólogos marxistas foi um defensor da tática espontaneísta ou da violência pela violência.

Mutatis mutandis, num século XXI unipolar, com uma única grande potência sendo a “polícia do planeta”, sem o peso contrário do bloco socialista, com todo o aparato da violência nas mãos da burguesia, efetivamente, a possibilidade de uma conflagração revolucionária localizada no Brasil é zero. A política revolucionária possível é trabalhar a democracia burguesa de forma radical para tornar os aparelhos ideológicos de Estado em aparelhos anticapitalistas. E isso já é muito difícil nas atuais condições de luta, de crises ideológicas nas organizações partidárias e sindicais. Qualquer conflito armado favorece não aos trabalhadores, mas à reação.

Isso é marxismo, puro e direto, sem nenhuma condenação da violência, como se ela não existisse na nossa sociedade, mas reconhecendo que o monopólio estatal da violência não existe para defender o movimento social, mas para reprimi-lo. Dizer isso não é dizer que é impossível a ruptura, mas não é o objetivo desse



Colocar povo na rua para reformar as estruturas hierárquicas e expropriatórias do capitalismo é ótima estratégia no momento em que o capitalismo não tem nenhuma pauta possível em disputar corações e mentes

texto falar sobre ruptura; o objetivo do texto é mostrar como a violência pela violência estéril, como forma de embates de rua contra as forças policiais, sequer arranha o sistema. A baixa da taxa de juros foi uma arma muito mais radical e letal contra o rentismo e à lógica predatória do sistema, esse ano, do que quebrar a vidraça das agências bancárias; que redução pela metade dos juros nos governos Lula/Dilma (25% em FHC, 9,5% agora, no governo Dilma, e temos que lutar para baixar mais), foi muito mais daninho do que os Black Blocs ao capitalismo rentista. Isto não significa que não tenhamos que estar nas ruas, embora tenhamos que escolher nossos parceiros e ter claro que um movimento sem rumo, estratégia, ideologia e propostas não nos representa.

Sim, os movimentos sociais e a esquerda têm de estar na rua o tempo todo mostrando insatisfação e apro-

fundando a democracia. Aprofundar a democracia não é aprofundar o tamanho da urna. Táticas e estratégias de pressão popular reduzem a margem de manobra do sistema. É um sistema em que apenas 1% detém 99% da riqueza, mas o povo trabalhador que detém os outros 1% da riqueza detém 99% do voto.

As conquistas na estrutura democrática, que são mais desenvolvidas do que no tempo de Marx, fruto das conquistas das nossas lutas, permitem que tenhamos margem de manobra para socializar e democratizar as decisões políticas e façamos reformas antineoliberais e anticapitalistas. A dicotomia Reforma versus Revolução somente existe entre aqueles que não querem que as reformas mexam nas estruturas de um sistema falido.

Colocar povo na rua para reformar as estruturas hierárquicas e expropriatórias do capitalismo é

ótima estratégia no momento em que o capitalismo não tem nenhuma pauta possível em disputar corações e mentes. Com uma pauta estratégica global e internacional - que vá para além da bobagem da “violência imagética” dos Black Blocs - é possível, sim fazer avançar a pauta dos trabalhadores. Pressionar o sistema que não é eterno, é apenas um modo de produção organizado pelos homens e que pode ser destruído por nós mesmos. E nesse processo, em lugar de retroagir para formas de organização pré-marxistas, temos de juntar a força das organizações tradicionais dos trabalhadores, partidos, sindicatos, centrais, disputando sua organização e ideologia, colocando a ideologia na ordem do dia e congregando nelas os desempregados, os excluídos do sistema.

Fazendo isso, da tática da violência gratuita dos Black Blocs passaremos a tática do enfrentamento sistêmico do capitalismo. O capitalismo está numa crise estrutural e civilizatória, cabe aos trabalhadores se organizar sistematicamente para eliminá-lo.

*Roberto Ponciano é diretor do Sisejufe e da Fenajufe.

Os “Black Filhos de Mamãe” encontram seu mentor: o VisconDinho de Ouro Preto

Fulgêncio Pedra Branca*

O movimento Black Bloc está chegando ao fim, talvez tenha acabado o carregamento de Todynho, ou as mães dos meninos mimados, que gostam de se fantasiar de Marvel, tenham cansado de raspar perinha para eles levarem na merendeira, junto de seus skates descolados de mil reais. Agora, o que reverbera, ainda, são os apoios, tardios, a grita juvenil contra a Lei da Gravidade. Aproveitando o “Rock in Rio” (já notaram que sequer um Black Bloc protestou contra o festival capitalista, ou pediram alguma coisa padrão “Rock in Rio”? Deviam estar muito ocupados tentando achar um ingresso), um festival que junta tudo que é tipo de música da pior qualidade para dar dinheiro à família Medina, com cantoras de “música-dela”, seminuas, cujos atributos estão mais nas nádegas que na voz; ou seja, um local bem “anticapitalista”. E Dinho Ouro Preto se disse a favor dos protestos dos Black Blocs.

Acho que é um gran finale, no melhor estilo “Greta Garbo acabou em Irajá”. Sim, Dinho Ouro Preto é um digno representante dessa juventude “operária” e rebelde. O coxinha revoltado, Fernando (Dinho) Ouro Preto, que agora somente chamarei de “VisconDinho de Ouro Preto”,



nasceu em Curitiba e é filho do embaixador Afonso de Celso Ouro Preto - tataraneto do Visconde de Ouro Preto. A carreira do pai fez a família se mudar para os Estados Unidos da América, para a Áustria e para a Suíça antes de se fixar em Brasília. Deve estar revoltado pela falta de chocolates suíços ou de guitarras com padrão estadunidense. Com a falta de oportunidades é que não é...

As manifestações atuais estão para as de 1968 assim como o Dinho está para o movimento punk, um reflexo invertido de uma geração sem propostas que inventa esse ritual totêmico chamado “violência imagética” e que se parece muito mais com briguinhas sem sentido de torcidas organizadas.

Eles se merecem, diria minha finada avó. Sem rumo, sem propostas, sem objetivos, é claro que uma boa parte das pessoas ressentidas, no melhor estilo “Rock anos 80”, “Geração Coca-Cola” e “Rebelde sem causa” querem falar. Mesmo que seja para falar sobre o nada.

*Fulgêncio Pedra Branca é alcoólatra, hipocondríaco e escreve de graça para essa página por falta de coisa mais útil que fazer.

A escalada da violência

Sem as esperadas manifestações de massa contra “a impunidade a corrupção”, a repressão policial está livre para voltar aos alvos de sempre: população periférica, estudantes e jornalistas

Texto e fotos de Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá*

O dia 13 de junho de 2013 ficará marcado para sempre nas lembranças e na carne de muitas pessoas. Depois de três passeatas duramente reprimidas pela polícia e que cresciam conforme se intensificavam os ataques do Estado e da imprensa, as forças da Ordem decidem atacar indistintamente manifestantes, transeuntes e jornalistas no Centro da cidade de São Paulo e na região da avenida Paulista.

O saldo trágico contabiliza, segundo a ONG de Direitos Humanos Conectas, 230 detenções arbitrárias e 100 feridos, incluindo 10 repórteres e cinco fotojornalistas. O caso mais grave foi o de Sérgio Silva, fotógrafo da Futura Press, que perdeu o olho esquerdo atingido por uma bala de borracha.

A violenta repressão, reservada desde sempre principalmente aos pobres, levou a uma inflexão dos meios de comunicação hegemônicos que passaram a clamar pelo direito de manifestação e pelo respeito ao cidadão. Ato contínuo, uma série de reivindicações oportunistas, diferentes das pautas restritas ao preço das tarifas de transporte, passaram a surgir no noticiário. Na voz de Arnaldo Jabor e assemelhados, que

na véspera berravam contra os vândalos e exigiam seu direito ao tráfego tranquilo nas avenidas, aparecem gritos contra a corrupção do Partido dos Trabalhadores (PT), a “PEC da impunidade” (Projeto de Emenda Constitucional nº 37) e pela prisão imediata dos “mensaleiros”. No dia 17 de junho, milhões de pessoas se manifestam pacificamente, sem um único incidente com a polícia, com uma pauta que ia de “hospitais padrão Fifa” à “volta dos militares ao poder”.

Pressionado pela “voz das ruas” e da mídia, o Congresso se mobiliza para derrubar a PEC37, mesmo que 99% da população não entendessem do que se tratava. O Governo Federal, por sua vez, percebeu a oportunidade de passar projetos importantes emperrados no Legislativo como o repasse dos royalties do petróleo do Pré-sal para a Educação e tenta, até mesmo, aprovar um plebiscito sobre a Reforma Política que poderia tratar da principal fonte de corrupção em qualquer governo desde a redemocratização: o modelo atual de financiamento de campanhas. Mas aí já era demais para políticos que sempre se serviram, desde a ditadura, das doações, legais e pelo “Caixa dois”, das grandes empresas, construtoras e bancos. Para eles, o ideal seria seguir manipulando a população para uma luta moralista e inconsequente. Com o calendário do julgamento da Ação Penal 470 (o chamado “Mensalão”)



Choque da Polícia Militar ocupa a Praça da Sé, em São Paulo

meticulosamente ajustado, o 7 de Setembro parecia a data perfeita para a volta das multidões às ruas contra o governo Dilma. Mas a dinâmica dos eventos já havia mudado.

Ao longo de julho e agosto as manifestações lentamente se afastaram das pautas muito amplas e passaram a focar em reivindicações específicas de cada localidade e grupo social, mas sem a mesma participação massiva. Toda semana diversas pequenas passeatas contra “os médicos cubanos”, “a cura gay” e os gastos com a Copa travam estradas e centros urbanos. Já os movimentos organizados como sindicatos e grupos por moradia popular, também seguem se manifestando. Talvez a única diferença mais importante

seja uma participação maior dos ativistas chamados Black Blocs, cuja estratégia inicial era a proteção de outros manifestantes e a destruição de símbolos capitalistas como agências bancárias e lojas de grandes redes internacionais. Sem lideranças claramente identificadas e nem um programa político definido, não é difícil acontecerem provocações a policiais e quebra-quebras. Como as polícias militares são historicamente preparadas para o combate ao inimigo, também foi fácil para as forças oficiais iniciarem as hostilidades e os confrontos desiguais foi inevitáveis.

Se por um lado os confrontos chamam a atenção para as manifestações, como aconteceu no início de junho, também desqualificam as

A expectativa da grande mídia era a imensa manifestação de direita esperada para as 15h no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), na avenida Paulista



Frustrada a manifestação no Masp, no 7 de Setembro, contra a corrupção

propostas e dificultam a visibilidade das reivindicações reais. Tudo é colocado num “mesmo saco” de baderneiros, vândalos etc. Em São Paulo, por exemplo, entre julho e agosto, houve cinco grandes manifestações contra o governo do Estado, com milhares de jovens nas ruas, convocados pelo mesmo Movimento Passe Livre (PPL) que iniciou as jornadas de junho, tentando alertar a população sobre o escândalo de corrupção nos contratos com multinacionais construtoras e fornecedoras de equipamentos

e serviços de trem e Metrô nos últimos 20 anos. Foram montados até mesmo dois pequenos acampamentos em frente ao Palácio dos Bandeirantes e à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) que seguem ativos. Mas as manchetes trouxeram apenas os eventuais danos ao patrimônio e os confrontos com a polícia, que lentamente têm se acirrado. Onde não havia Black Blocs, como na derrubada do muro de contenção da Favela do Moinho, no centro da cidade, nem uma nota curta no

jornal. O mesmo nas violentas reintegrações de posse que voltaram a acontecer nas ocupações populares nas periferias, como no Grajaú, Zona Sul da cidade.

O 7 de Setembro foi emblemático nesse sentido. O tradicional Grito dos Excluídos, que reúne, há 19 anos, dezenas de movimentos populares e juntou cerca de oito mil pessoas na manhã daquele sábado, recebeu destaque mínimo no noticiário, que classificou o evento como “petista”. A expectativa da grande mídia era a imensa manifestação de

direita esperada para as 15h no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), na avenida Paulista. Afinal, durante semanas houve chamadas nas redes sociais, com milhares de confirmações virtuais, e até uma imensa e bem impressa faixa, com a máscara do Anonymous, chamando para o ato “contra a corrupção e a impunidade” estrategicamente colocada numa passarela em frente ao Aeroporto de Congonhas, no Corredor Norte-Sul. A participação real, no entanto, foi ínfima, frustrando as rádios, tevês e jornais.

Duas outras manifestações partiram da Paulista um pouco antes. Uma, contra o governo estadual, mas que juntou alguns “coxinhas” desavisados, promovida pela Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre –, desceu a avenida Brigadeiro Luís Antônio até o acampamento em frente à Alesp, no Parque do Ibirapuera, onde se dispersou após manifestantes escalam o Movimento às Bandeiras aos gritos de “sem vandalismo”. Novamente não houve qualquer repercussão midiática. A outra, tendo à frente os Black Blocs, seguiu para a Câmara dos Vereadores, onde foi recebida pela Tropa de Choque com grande violência, rendendo, consequentemente, notas breves nos jornais sobre os confrontos.



No final de julho início de agosto, e também no 7 de Setembro, diversas manifestações contra o governador de São Paulo tiveram pouca repercussão na mídia

Numa das primeiras saraivadas de bombas, o estudante Vitor Araújo, que transmitia o protesto com um celular para o seu “BastaTV” foi atingido no olho por um estilhaço e ficou cego (na semana seguinte, outra manifestação na Paulista, também sem repercussão na imprensa, lembrou esse caso, o de Sérgio Silva e outros feridos pela polícia em diversos protestos)



Pelo menos duas pessoas que cobriam os protestos em São Paulo, ficaram cegas devido às munições menos letais usadas pela PM

Violência sem spots

O que não foi dito é que a história parece ter retornado a 13 de junho, com a polícia aparentemente liberada para atacar indistintamente manifestantes e jornalistas, mesmo que claramente identificados. Logo numa das primeiras saraivadas de bombas, o estudante Vitor Araújo, que transmitia o protesto com um celular para o seu “BastaTV” foi atingido no olho por um estilhaço e ficou cego (na semana seguinte, outra manifestação na Paulista, também sem repercussão na imprensa, lembrou esse caso, o de Sérgio Silva e outros feridos pela polícia em diversos protestos).

Depois de dispersados, os manifestantes foram perseguidos até as imediações da Praça da Sé, onde um agente da Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (Rocam) efetuou diversos disparos com arma de fogo, ferindo um fotógrafo de raspão no queixo. Pelo menos três outras pessoas

foram atropeladas, sendo uma por uma viatura que se recusou a parar para socorrer o outro ferido. Essa reportagem flagrou, ainda, o momento em que o fotógrafo da Mídia Ninja, Paulo Ishizuka, é espancado no chão por um grupo de policiais. Quando percebe o fotógrafo independente Rodrigo Zaim, do RUA Foto Coletivo, registrando o espancamento, um dos policiais parte pra cima dele atingindo-o várias vezes com o cassetete.

Ainda não está claro ao que as manifestações iniciadas em junho vão levar. Até aqui parece estar demonstrada a capacidade de articulação nas ruas da população e seus diversos grupos para pressionar o poder público com objetivos específicos. E também que nem sempre essas manifestações conseguem ser manipuladas tão facilmente pelos meios de comunicação em massa como acontecia no passado. Infelizmente, de



Manifestação na Paulista, sem repercussão na imprensa, lembrou o caso de feridos pela PM

certo temos apenas que há uma escalada da violência por parte de jovens ativistas e muito maior por parte das polícias, como pode ser verificado em todo o país, como em Brasília, onde até cães foram atirados sobre os repórteres e fotógrafos no 7 de Setembro. Ao que

tudo indica, em 2014, com eleições e Copa do Mundo, o clima vai ficar quente não somente nas redes, como aconteceu em 2010, mas também nas ruas.

*Média Quatro

<http://www.mediaquatro.com>

A polêmica busca por isonomia

Bruno Franco*

De autoria dos deputados Flávio Dino (PCdoB/MA) e Alice Portugal (PCdoB/BA), a Proposta de Emenda à Constituição nº 190/2007 propõe um acréscimo de poucas linhas, mas que determina que Lei Complementar - de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF) - estabelecerá o Estatuto dos Servidores do Judiciário, alterando a Constituição Federal de 1988.

No momento, a discussão, em regime de tramitação especial, foi retirada de pauta do plenário após ter sido aprovada, em primeiro turno, pela Câmara dos Deputados. Como toda emenda constitucional, a proposta precisa ser aprovada em dois turnos de votação, em ambas as casas do Congresso Nacional, por pelo menos 2/3 de seus respectivos membros.

A sucinta redação conferida à proposta deixa para um segundo momento a real intenção da mesma, que, segundo o deputado Flávio Dino, um dos proponentes da PEC, é o de garantir maior isonomia no Poder Judiciário, eliminando disparidades que diferenciam os direitos e deveres de servidores das diversas justiças estaduais e da Justiça Federal.

De acordo com a justificativa apresentada pelos autores da PEC 190, à ocasião da proposição da mesma, os fundamentos políticos que justificam a bipartição dos poderes Executivos e Legislativos não se fazem presentes na divisão funcional do Poder Judiciário, cuja ramificação visa racionalizar a prestação de serviços aos cidadãos.

Para Flávio Dino e Alice Portugal, o próprio STF, ao julgar a ADI 3.367/DF, corroborou esse entendimento ao legitimar a submissão ad-

ministrativa dos órgãos judiciários de todas as esferas federativas a um único órgão, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para eles, pluralidade de regimes estaria, assim, em desacordo com a unicidade do Poder Judiciário, e seria responsável por disparidades de remuneração entre servidores estaduais e federais, responsáveis por funções idênticas. O Estatuto objetivaria a elaboração de normas gerais, aplicáveis a todos os servidores desse Poder, pavimentando o caminho para a isonomia.

A despeito das justificativas dos deputados autores da PEC e do lobby em torno da aprovação do Estatuto, a questão está longe de ser consensual e causa apreensão quanto aos seus resultados concretos. Segundo Vera Miranda, assessora política do Sisejufe, “o estatuto sempre foi uma reivindicação dos servidores do Judiciário Estadual, na busca por isonomia salarial e também por uma padronização das relações de trabalho. A ideia de um estatuto para os servidores do Poder Judiciário tem sua origem na premissa da unicidade do Poder Judiciário, no entanto as relações de trabalho dos servidores desse Poder não estão regidas por normas unificadas. Servidores dos tribunais de Justiça estão regidos por estatutos estaduais enquanto os dos tribunais regionais e superiores estão regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU) e por legislações federais. A proposição de uma padronização sem que as categorias, nas duas esferas, estejam previamente unificadas, e de acordo sobre a construção de uma proposta para disputa, pode gerar problemas para a Justiça Federal e também para a estadual”.

Para a assessora do Sisejufe, a correlação de forças para a disputa de uma proposta de estatuto não está de fato construída entre os servidores das duas esferas. Assim, segundo ela, “o cenário de isonomia salarial não tem sustentação nessa



A questão não encontra consenso na base da categoria

discussão, uma vez que conflita com a autonomia federativa dos estados. Uma construção de diretrizes para carreira e piso salarial poderá trazer - e trará - problemas à esfera federal, que poderá sofrer interferência de governadores de estados, para que tais diretrizes não impactem em seus orçamentos”.

Vera Miranda ainda aponta outras duas questões: uma que trata do interesse que têm os servidores estaduais de não quererem ser regidos por um estatuto baseado no RJU (que rege os servidores federais) para que não percam benefícios que os estatutos estaduais ainda mantêm e outra que diz respeito à padronização das relações de trabalho, nesse caso: “Para o CNJ, a ideia de padronizar as relações de trabalho, metas, procedimentos, pode trazer muitos problemas para os servidores do Poder Judiciário nas duas esferas, em razão da visão institucional sobre as metas e sobre as mudanças que estão vindo com a implantação da virtualização desse Poder. Em tempo de metas e de Processo Judicial Eletrônico (PJE), nos preocupa ainda mais a formação de um estatuto que poderá legitimar práticas e procedimentos que vem impactando a saúde dos

servidores do Poder Judiciário para garantir a manutenção de uma visão produtivista e meramente estatística do fazer da Justiça, sem, no entanto, garantir as condições de trabalho necessárias, a saúde física e mental dos servidores e, por fim, a efetividade no cumprimento do papel social do Judiciário”.

Já para Mara Weber, coordenadora da Fenajufe, “o Estatuto traz mais riscos do que oportunidades aos servidores do Judiciário Federal. É uma proposta que nos leva ao isolamento, nos distancia dos demais servidores federais, do Executivo e do Legislativo. A questão nos preocupa, pois estamos dando uma carta branca ao STF, em uma questão que não encontra consenso na base da categoria”.

Segundo Mara, houve pouco debate entre as duas esferas do Poder Judiciário; entre os servidores das justiças federais e estaduais. “Há divergências nos estados também. A proposta atraiu mais os servidores estaduais pela perspectiva da isonomia salarial, mas essa não é a única questão a ser abarcada pelo Estatuto”, pondera a dirigente da Fenajufe.

*Da Redação.

A demonização à Síria

Eric Rouleau*

Mais de 40 anos após a ascensão do partido Baath ao poder em Damasco, a Síria continua um enigma, não somente para os não iniciados. Quem, na realidade, governa o país? O presidente da República, o partido, o Parlamento, o Exército? Trata-se de um regime pan-árabe e socialista, tal como se apresenta, ou militar e oportunista? Ele é capaz de se reformar democratizando-se? Diversas facções do Baath sucederam-se, não sem derramamento de sangue, na cúpula do poder desde o golpe de Estado de fevereiro de 1963, sem que essas questões perdessem sua atualidade.

Várias hipóteses poderiam explicar a opacidade relativa do sistema. O culto do segredo é uma das características de um partido que se constituiu na clandestinidade, sem nunca abdicar de seu gosto pela conspiração. A natureza autocrática do poder não o incita à transparência, pelo menos, não mais que a utilização da “língua de pau” pelos seus detentores que desconfiavam tanto de seus concidadãos como da opinião estrangeira.

Alvo frequente particularmente das potências ocidentais, que manipulam habilmente os meios de informação (e de desinformação), Damasco é incapaz de se defender por falta de competência ou de credibilidade.

Origens revolucionárias e pan-árabes

As origens do partido Baath se inscrevem na história do movimento de libertação nacional. Seus fundadores, nos anos de 1940, identificam-se com os dirigentes

da rebelião de Jebel Druzo contra o colonizador francês, que durou de 1925 a 1927, que foi descrita e analisada por Michael Provence, professor da Universidade de Chicago, especialista do período colonial e pós-colonial. Uns e outros são oriundos da pequena burguesia rural e pertencem a comunidades minoritárias (druzos, alauítas, ismaelianos, cristãos etc), tradicionalmente hostis às elites sunitas urbanas e conservadoras - o que explica o fato de elas terem colaborado, primeiramente, com as autoridades otomanas, até o final da Primeira Guerra Mundial e, depois, com as do mandato francês.

Ambos são nacionalistas, mas de forma diferente, “unionistas”: os rebeldes dos anos 1920 procuram reconstituir a “Grande Síria”, reunindo seus componentes da época otomana, a saber: a Síria do mandato, o Líbano, a Palestina, a Transjordânia, divididos pelos vencedores da guerra de 1914-1918. Já os fundadores do Baath, mais ambiciosos, militam para unificar a totalidade do mundo árabe em face do imperialismo ocidental. E foi apenas em 1954, mais de dez anos depois de sua fundação, que o Baath acrescentou ao seu nome original (Partido do Renascimento Árabe) o qualificativo “socialista”. Este foi “árabe” ou “científico”, segundo a facção de “direita” ou de “esquerda” que estava no poder, sem que jamais as palavras conseguissem abranger um conteúdo coerente.

O principal fundador e secretário-geral do partido, Michel Aflak, cujas convicções socialistas eram consideradas duvidosas, relatou, durante uma entrevista realizada em 1963, que nunca fora influenciado por nenhum dos pensadores ocidentais. Aliás, ele deixara de ler suas obras desde a Segunda Guerra Mundial. O mesmo homem que defendia enfaticamente “a ação das

Por que a Casa Branca está decidida a desestabilizar o regime de Damasco, com quem se aliou durante toda a década de 90

massas” justificava tanto os golpes de Estado militares que haviam alçado os Baathistas ao poder algumas semanas antes em Damasco e em Bagdá, como o massacre sistemático dos comunistas na capital iraquiana. Para ele, nos dois países, o exército não tinha sido nada mais do que o dócil instrumento das forças populares.

De bem com a URSS... E os EUA

O Baath da Síria contava, na época, com cerca de 400 membros, dentre os quais 60 militares que apoiaram o golpe de Estado de 8 de março de 1963. Quarenta anos mais tarde, “o exército ideológico”, “al jaych al akaedi”, continua nas mãos de oficiais oriundos, na sua grande maioria, das comunidades minoritárias, enquanto os alauítas mulçumanos heterodoxos detêm os postos-chaves.

Diversas facções do Baath se sucederam na cúpula do Estado à força de sedições militares e isso ocorreu até novembro de 1970, quando o então ministro da defesa, general Hafez Al-Assad, tomou o poder. Sempre mantendo estreitas relações com a União Soviética, ele dá garantias de boa vontade aos Estados Unidos. Dissolve as milícias populares que seus predecessores tinham constituído para “libertar a Palestina”; adere à resolução 242 do Conselho de Segurança, reconhecendo implicitamente o Estado de Israel. Após a guerra de 1973, que desencadeou em colaboração com o egípcio Anwar Al-Sadat, ele declara que atacará Israel unicamente para

incitá-lo a negociar uma “paz justa”. Pouco depois, acolhe favoravelmente a convocação para uma conferência de paz em Genebra e, depois do fracasso da mesma, declara a um jornalista norte-americano: “A principal crítica que faço a respeito da política de Henry Kissinger (então secretário de Estado dos EUA), chamada de política passo a passo, é que se trata de um passo de tartaruga enquanto eu desejo avançar a passo de gigante.”

Nem a anexação formal do Golan sírio pelo Estado judeu, em 1981, nem a campanha de demonização de que Al-Assad é objeto, desencorajaram este último. Em 1990 ele declarou que, doravante, a paz é “o objetivo estratégico” do seu governo. Em outubro de 1991, no dia seguinte da guerra do Kuwait, foi um dos promotores da conferência de Madri organizada pelos Estados Unidos, com todos os beligerantes do conflito árabe-israelense. Logo depois do fracasso dessa conferência, ele encetou e concluiu, com o então primeiro-ministro israelense, Yitzhak Rabin, um acordo de princípio destinado a converter-se em um tratado de paz. Em troca de uma total normalização entre os dois países, Rabin (pouco antes do seu assassinato), empenhou-se em restituir integralmente à Síria as Colinas de Golan, conquistadas em 1967 por Israel. Os sucessores de Rabin rebateram essa iniciativa e Hafez Al-Assad morreu sem ter conseguido realizar seu último juramento: legar a seu filho um país em paz.

Docilidade sem resultado

Indiscutivelmente, Bachar Al-Assad não tem a envergadura de seu pai, a quem Kissinger qualificava como “um temível negociador, discreto, enigmático, astuto até os limites do maquiavelismo”, mas que, não obstante, era “moderado e prudente”. Para o governo norte-americano, escreveu Flynt Leverett em um livro sobre a sucessão, o presidente Bachar Al-Assad, oftalmologista de formação, pouco politizado, a quem faltavam experiência e carisma, era, de um certo modo, tranquilizador. Tal como o chefe Don Corleone, Hafez Al-Assad transmitira-lhe uma estrutura de poder que demonstrara sua eficácia. Um primeiro círculo restrito de caciques, no qual figuravam membros da família do presidente, controlava o exército, o partido Baath, o Parlamento e o governo. Era um poder incontestado após o desmantelamento das facções rivais no seio do Baath e das organizações de oposição, em particular o movimento dos Irmãos Muçulmanos (vítimas de um terrível massacre na cidade de Hama, em 1982). Enfim, um poder que contava com o apoio dos camponeses beneficiários da reforma agrária e de uma burguesia em plena expansão, graças a uma relativa flexibilização da economia, mas também o nepotismo e a corrupção praticados pela

nomenclatura Baathista. Em suma, um poder com o qual os Estados Unidos podiam contar, estima Flynt Leverett – que, aliás, deplora o modo, antes brutal, com o qual seu governo trata o de Damasco, que, em sua opinião, seria perfeitamente recuperável se a diplomacia levasse a melhor sobre a violência.

O autor está perfeitamente apto para julgar a política do presidente George W. Bush. Antes de se demitir do governo, em 2003, ele foi, sucessivamente, analista da CIA, encarregado do tema Síria; posteriormente, esteve a serviço das previsões do Departamento de Estado e, finalmente, diretor de negócios do Oriente Próximo no seio do influente Conselho Nacional de Segurança.

Leverett considera que Bachar Al-Assad merecia mais consideração. Ele lembra que este, fiel ao seu pai, havia declarado, no momento de sua ascensão ao poder, que seu “objetivo estratégico” era concluir as negociações de paz com Israel, antes de oferecer, repetidas vezes, a retomada das negociações “sem condições prévias” com Jerusalém. O governo Sharon recusou-se a dialogar e exigiu, com o assentimento de Washington, que antes de tudo, a Síria, entre outras coisas, desmantelasse o Hezbollah libanês e expulsasse de seu território os representantes das organizações

palestinas radicais. Para desencorajar definitivamente Al-Assad filho, Sharon declarava que não restituiria Golan à Síria e que tinha a intenção de lá dobrar o número de colonos judeus no espaço de três anos. Efetivamente, eles já são cerca de 20 mil.

Washington já não busca a paz

Seguramente, estima Leverett, a paz sírio-israelense não mais se encontra no centro das preocupações dos dirigentes norte-americanos. Estes não perdoam a Síria nem sua oposição pela ocupação da antiga Mesopotâmia, nem sua pretensa indulgência em relação aos “terroristas” que se infiltram no Iraque. Declarando publicamente sua boa-fé, Bachar Al-Assad propôs, em vão, que patrulhas mistas sírio-americanas vigiassem os 500 quilômetros de areias que separam os dois países.

Outras acusações sem fundamento se multiplicam: a Síria teria recebido as armas de destruição em massa que Saddam Hussein possuía; ela entregaria armas aos insurretos iraquianos; ela seria detentora de armamentos biológicos e químicos que “ameaçariam a segurança dos Estados Unidos”; ou melhor, ela “teria a intenção” de fabricar armas nucleares. Desmentidos, protestos e apelos a um “diálogo construtivo” lançados por Damasco de nada servem; o processo de demonização está em andamento.

O presidente Al-Assad talvez não tenha levado a sério as primeiras intimações francesas e americanas exigindo a retirada de suas tropas do Líbano. Ele sabia que tanto os ocidentais como Israel tinham aprovado a entrada das forças sírias no país do Cedro, em 1976, durante a guerra civil, como reforço aos grupos cristãos de direita contra as milícias “islâmico-progressistas” e palestinas. Na época, a “comunidade internacional” não tinha nenhuma objeção a fazer aos assassinatos cometidos pelos serviços sírios no Líbano (particularmente o assassinato do líder de esquerda, Kamal Joumblatt). O jovem presidente não compreendia que a situação tinha mudado radicalmente: a França e os

Estados Unidos não mais tolerariam o embargo sírio contra o Líbano.

O poder Baathista foi certamente enfraquecido. Sua ruptura com o Líbano privou-o de importantes recursos e provocou queda dos investimentos, contrariamente ao que indicam os números oficiais. Além disso, o sistema econômico arcaico, que lembra aquele das democracias populares extintas, garante a perenidade da crise. No entanto, o regime não parece ameaçado, pelo menos num futuro previsível. A frente de oposição prega em seu Manifesto de Damasco (outubro de 2005) a instauração de um regime democrático “de uma maneira pacífica, gradual e consensual”, temendo que, de outra forma, o país naufrague numa anarquia à moda iraquiana. As potências estrangeiras temem, além disso, o crescimento do poder dos Irmãos Muçulmanos, a principal força no seio da oposição. Por outro lado, a aliança da Síria com o Irã, sua presença oculta no Líbano graças às suas ligações com o Hezbollah e certas facções cristãs, sua influência crescente nos territórios palestinos desde a vitória eleitoral do Hamas, lhe fornecem preciosos trunfos.

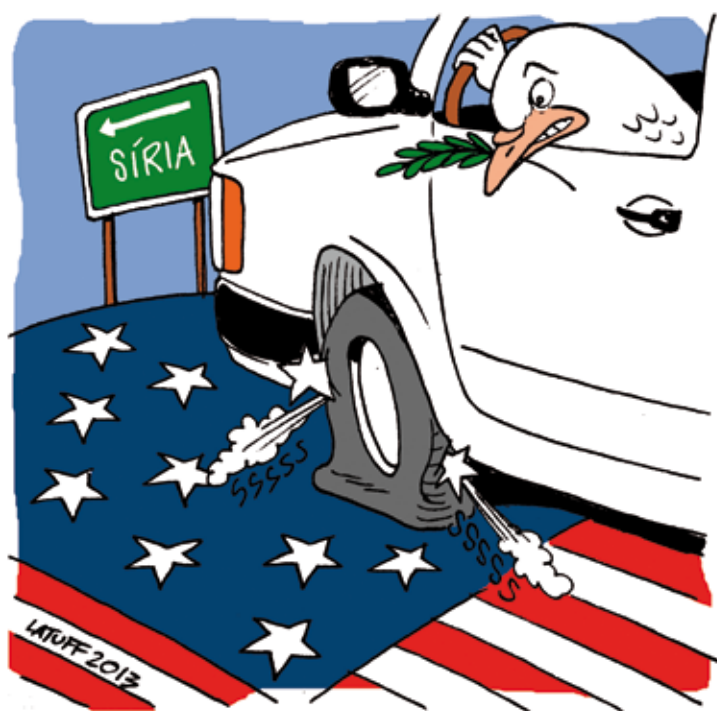
A questão se resume em saber se o regime é capaz, senão de se democratizar, ao menos de se reformar. Em um livro coletivo, Samir Aita relembra as tergiversações e os fracassos das tímidas tentativas de Bachar Al-Assad para introduzir reformas econômicas ou políticas, até as mais anódinas. Ao mesmo tempo em que rememora as tradições democráticas do povo sírio, o autor sublinha que, contrariamente às aparências, os Estados Unidos, entre outras, não têm qualquer interesse na democratização da Síria.

Tradução de Maria Alice Farah
(alicefarah@uol.com.br)

*Eric Rouleau é jornalista, escritor, antigo especialista em Oriente

Médio para o Le Monde e Le Monde Diplomatique, outrora embaixador francês na Tunísia e Turquia. Nasceu no Cairo em 1926.

Texto capturado em 11/09/2013 de <http://diploma.org.br/2006-05,a1315>





IMAGINE FAZER PARTE DE UM CLUBE E PARTICIPAR DE PROMOÇÕES FEITAS ESPECIALMENTE PARA VOCÊ.

Participe do **Comprá Certa** e compre produtos **Brastemp**, **Consul**, **KitchenAid** e **Sony**.

E O MELHOR DE TUDO: **30%***
COM DESCONTOS DE ATÉ

Confira tudo o que espera por você:



Conforto e
segurança



Produtos direto
da fábrica



Parcelamento
em até 12x**



Entrega
Brasil***

Dúvidas para se cadastrar?
Veja como é fácil:



1. Acesse o site
www.compracerta.com.br

2. Clique em
seu primeiro acesso?

seu primeiro acesso?

Tipo de cadastro *

☒ Pessoa Física

☐ Pessoa Jurídica

Informe seu CPF *

3. Informe seu **CPF** e
clique em "continuar"

4. Informe o código
da parceria **sisejufe**
e clique em "continuar"

Código da Parceria *

5. Preencha seu
cadastro com nome,
email e senha.

Dados cadastrais

SONY
make.believe

Conheça o site de descontos
oficial da Sony Brasil.

A sua nova parceria com a Sony
oferece descontos e condições especiais!

Descontos de até 20% sobre o preço do site
Sony Store Online em todos os produtos!



Como Funciona?

Para desfrutar desta super vantagem, basta acessar o site (<http://store.sony.com.br/parceiros>), digitar seu **CPF** e usar o **Código Promocional** abaixo

SISEJUFE

E tem mais! Você pode parcelar suas compras em até **12x sem juros no cartão de crédito*** ou efetuar o pagamento à vista em boleto bancário obtendo mais **5% de desconto**.

SISEJUFE